

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LEONARDO BEHEREGARAY SEBEN

**O COMÉRCIO CHINÊS NO BRASIL E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA
ECONOMIA BRASILEIRA: CAUSA OU CATALISADOR?**

Porto alegre

2022

LEONARDO BEHEREGARAY SEBEN

**O COMÉRCIO CHINÊS NO BRASIL E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA
ECONOMIA BRASILEIRA: CAUSA OU CATALISADOR?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernandez Haffner

Porto alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Beheregaray Seben, Leonardo
O Comércio Chinês no Brasil e a Desindustrialização
da Economia Brasileira: Causa ou Catalisador? /
Leonardo Beheregaray Seben. -- 2022.
60 f.
Orientador: Jacqueline A. Haffner.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Brasil. 2. China. 3. Desindustrialização. I.
Haffner, Jacqueline A., orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LEONARDO BEHEREGARAY SEBEN

**O COMÉRCIO CHINÊS NO BRASIL E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA
ECONOMIA BRASILEIRA: CAUSA OU CATALISADOR?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernandez Haffner

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernandez Haffner – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Luiza Peruffo
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Jacqueline Angélica Hernandez Haffner, pela disponibilidade e pelo auxílio, não só na elaboração do presente trabalho, mas também pelo suporte durante toda minha graduação como grande professora e pesquisadora que é.

Agradeço à **Martina Campos** por ser minha parceira nesse processo final de mais uma etapa de minha vida.

Agradeço aos meus amigos pelo suporte dentro e fora de sala de aula com menção especial aos gurizes Alberto Helale, João Pedro Dias e João Luis Meneghetti.

Agradeço aos meus familiares pelo suporte durante todos os momentos em que precisei.

Agradeço à UFRGS e a todos os professores que me acompanharam nestes anos de aprendizado.

*“O Brasil enriqueceu, desenvolveu-se, mas mantém sua
subordinação aos grandes centros, às decisões
negociadas fora do país”.*

(Celso Furtado)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relacionar o comércio sino-brasileiro e o processo de desindustrialização brasileiro, explicitando como ocorrem essas relações, qual a razão do foco chinês no Brasil e como isso impacta a estrutura produtiva brasileira. A fim de fundamentar o trabalho, a abordagem de Bresser-Pereira e Marconi e a Teoria da Deterioração dos Termos de Troca da CEPAL foram utilizadas. Como argumentação, o texto busca mostrar que a América Latina, em especial o Estado Brasileiro, tornou-se importante para a expansão chinesa, tendo em vista a sua abundância de recursos naturais, o seu mercado consumidor e sua necessidade de investimentos em setores estratégicos. Dessa forma, a China empreendeu grandes esforços no que tange a viabilizar o escoamento de matérias-primas e aumentar seu mercado consumidor, especialmente por meio de investimento direto. Tais fatos apontam para a pergunta da monografia, sendo ela: existe relação entre o comércio da China com o Brasil e o processo de desindustrialização que vem ocorrendo no país? Este manuscrito é fruto de revisão bibliográfica e análise de dados quantitativa e qualitativa, apresentando-as dentro de um contexto com relações causais bem estabelecidas. Para fins de estudo, utilizou-se como recorte temporal o ano de 1985 até 2018, período que abrange a nova república brasileira.

ABSTRACT

This paper aims to relate Sino-Brazilian trade and the process of deindustrialization present in it, explaining how these relations occur, what is the reason for the Chinese focus on Brazil and Latin America, and how this impacts the Brazilian productive structure. In order to better ground the work, the Bresser-Pereira and Marconi approach and ECLAC's Theory of the Deterioration of the Terms of Trade were used. As an argument, the text seeks to show that Latin America, especially the Brazilian state, has become essential for Chinese expansion, in view of its abundance of natural resources, its consumer market, and its need for investments in strategic sectors. Thus, China undertook great efforts to facilitate the flow of raw materials and increase its consumer market, especially through direct investment. These facts point to the monograph's question, which is: is there a relationship between China's trade with Brazil and the deindustrialization process that has been occurring in the country? This manuscript is the result of a literature review and quantitative and qualitative data analysis, presenting them within a context with well-established causal relationships. For study purposes, the year 1985 to 2018 was used as the time frame, a period that encompasses the new Brazilian republic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações Brasileiras para a China (1985 - 2003).....	36
Gráfico 2 - Exportações Chinesas para o Brasil (1991 - 2003).....	37
Gráfico 3 - Evolução do PIB chinês e de sua participação no PIB mundial entre 1980 e 2015.....	40
Gráfico 4 - Exportações Brasileiras para EUA e China (2000 - 2018).....	41
Gráfico 5 - Exportações Brasileiras para a China (2001 - 2018) por Categoria de Produto.....	42
Gráfico 6 - Exportações Chinesas para o Brasil (2001 - 2018) por Categoria de Produto.....	43
Gráfico 7 - Evolução da Participação (em %) da Indústria de Transformação Brasileira no PIB (1947 – 2015).....	46
Gráfico 8 - Evolução da Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal Brasileiro (1985 a 2015).....	47
Gráfico 9 - Exportação de Bens e Serviços da Indústria e Exportação de Produtos Industrializados.....	48
Gráfico 10 - Participação dos Produtos Industrializados nas Exportações de Bens.....	49
Gráfico 11 - Participação da Indústria nas Exportações de Bens e Serviços.....	50
Gráfico 12 - Pauta Exportadora Brasileira por Tipo de Produto e Tecnologia.....	51
Gráfico 13 - Comportamento do Índice de Preços das Commodities e da Taxa de Câmbio Real Efetiva no Período 2000-2010.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balança Comercial: Exportações e Importações (1988 - 1998).....	30
Tabela 2 - Produtos mais Exportados do Brasil para a China (1995 - 2003).....	38
Tabela 3 - Produtos mais Exportados da China para o Brasil (1995 - 2003).....	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produtos mais Exportados do Brasil para a China.....	21
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
IED	Investimento Externo Direto
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
RPC	República Popular da China

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REVISÃO TEÓRICA.....	19
2.1 DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA.....	19
2.2 BRESSER-PEREIRA E MARCONI.....	23
3 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS.....	29
3.1 O PENSAMENTO CHINÊS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	31
3.2 COMÉRCIO BRASIL E CHINA (1985 - 2003).....	34
3.3 COMÉRCIO BRASIL E CHINA (2003 - 2018).....	39
3.4 ESTRUTURA PRODUTIVA BRASIL (2003 - 2018).....	45
4 CONCLUSÕES.....	55

1 INTRODUÇÃO

O assunto da desindustrialização¹ é tema recorrente em estudos acadêmicos dentro e fora do Brasil, haja vista sua relevância para o crescimento das economias ao redor do mundo, influenciando em dados econômicos, em consumo populacional, em níveis de emprego, em renda, entre outros. Além disso, o setor industrial brasileiro é um dos assuntos que mais permeiam a história do país, estando no cerne das preocupações dos Estadistas brasileiros, direcionando políticas de governo e criando polos políticos que culminaram em grandes embates ideológicos e golpes de Estado (GOLDBERG, 2017).

Desde o Império, com o desenvolvimento políticas protecionistas e a figura do famoso Irineu Evangelista de Souza — Barão de Mauá —, o primeiro homem industrial brasileiro, tem-se em mente a necessidade de se industrializar o Brasil para torná-lo competitivo e forte frente a outras nações. Posteriormente, nos anos 1930, a prioridade da industrialização do país é retomada por Getúlio Vargas e é impulsionada por seus sucessores. Nos anos 1960, mesmo com a virada no tabuleiro político imposta pelo golpe militar de 1964 e o alinhamento inicial aos Estados Unidos, deu-se seguimento ao processo de industrialização brasileiro. Mesmo após o fim do Regime Militar e o início da Nova República, as indústrias e suas tecnologias seguiram sendo temas centrais dos governos eleitos e foco de investimentos nacionais e internacionais (FARIA, 1993).

Dessa forma, visto a centralidade do tema na história brasileira e principalmente na atualidade com a crescente importância da China nas relações econômicas internacionais, torna-se necessário entender a desindustrialização de uma forma mais profunda e detalhada e, ao mesmo tempo, verificar o papel que cabe às relações econômicas com países estrangeiros neste processo, haja vista que, com a maior mobilidade de capital internacional, têm-se maior abundância mundial de trocas comerciais e financeiras (ARÓSTICA, 2017).

Entende-se assim que, nos últimos anos a maior mobilidade de capital internacional tem se mostrado crescente, tal fato deve-se ao processo de globalização, no qual grandes multinacionais começaram a direcionar seus

¹ A perda da indústria, e de seus empregos e de renda familiar, no percentual do PIB de um país seria característica de um processo de desindustrialização, a qual, para os autores Bresser-Pereira e Marconi pode ser negativa ou positiva (GOLDBERG, 2017).

investimentos a países que oferecessem maior número de benefícios à produção em larga escala, aumentando a margem de lucro das companhias. Dentro dessas vantagens geográficas, pode-se apontar o baixo custo de mão-de-obra local, os altos incentivos fiscais, a baixa regulamentação laboral (CHINA, 2012).

Nesse sentido, observa-se que a globalização e a internacionalização financeira global vêm se intensificando e uma prática vem se tornando cada vez mais presente: o Investimento Externo Direto (IED). Por meio dele, adquire-se um interesse duradouro em empresas estrangeiras que operem fora do país do investidor, cuja motivação é obter um grau considerável de influência no gerenciamento desta empresa. É por meio do IED que uma empresa em um país cria ou expande uma subsidiária ou filial em outro. Esse tipo de investimento se distingue de outros por, ao ser analisado sob uma perspectiva de poder, corresponder à expansão do investidor direto, garantindo uma influência geopolítica (por meio de interesses políticos de Estado) além de influência econômica. Nesse sentido, o Brasil — junto com a América Latina — torna-se atrativo para receber a atenção político e comercial da China, haja vista que, assim, o país permanece no entorno econômico chinês, conservando a existência de trocas econômicas que podem ser prejudiciais, na qual se exportam majoritariamente bens primários e se importam bens manufaturados, perpetuando a relação centro-periferia (ARÓSTICA, 2017).

Dentro dessa ótica, a República Popular da China (RPC) tem sido um grande *player* internacional para a América Latina nas últimas décadas, especialmente por ter passado por forte processo de industrialização e ter surpreendido a economia mundial ao manter taxas de crescimento anuais do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 10%. Com a finalidade de sustentar esse processo de crescimento, a América Latina se apresentou como região atrativa para desenvolver o comércio internacional chinês, haja vista sua fonte de recursos naturais, energia, matéria-prima e mercado consumidor, fatores essenciais para a consolidação chinesa como liderança internacional. Por esses motivos, o continente americano mostra-se de grande importância para os chineses no tocante aos investimentos em energia, matérias-primas e infraestrutura (CHINA, 2012).

A grande maioria das trocas comerciais e de investimento entre a China e o Brasil é orientada à exploração de recursos naturais, como cobre, aço, soja e petróleo e à construção de infraestrutura ligada à facilitação do escoamento desses

produtos. Dessa forma, pode-se dizer que a relação entre a China e o Estado brasileiro reflete-se em laços característicos de uma relação entre centro e periferia, na qual se exporta bens primários em troca de bens de maior valor agregado. Mesmo que haja ganhos mútuos, estes são desiguais — a China controla, em grande parte, as condições em que investe e extrai recursos nos países que investe, definida por um processo que se difunde para além do viés econômico, englobando uma lógica de poder que, no caso chinês, corresponde à lógica de Estado pautado nas sucessivas estratégias de maior inserção e participação no cenário internacional (BID-INTAL, 2016).

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral relacionar o comércio chinês no Brasil ao processo de desindustrialização presente no país. Serão levantados dados sobre o comércio chinês com o Brasil a fim de mostrar seu enfoque setorial e como isso impacta a estrutura produtiva brasileira. Como objetivos específicos, busca-se mostrar o papel do comércio chinês na economia brasileira e seu enfoque no setor extrativista e apontar se a desindustrialização brasileira é positiva ou negativa, de acordo com a teoria de Bresser-Pereira e Marconi.

A monografia tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta: existe relação entre o comércio chinês com o Brasil e o processo de desindustrialização em curso?

A hipótese do trabalho é de que, por mais que a China não seja a causadora da desindustrialização brasileira, ela tem servido como catalisadora da mesma. Dessa forma, buscar-se-á, por meio do desenvolvimento deste trabalho, apontar as consequências dessa relação. Como hipótese secundária, tem-se que o aumento do comércio com a China acelerou o processo de reprimarização² brasileira e, conseqüentemente, a desindustrialização do país.

As abordagens teóricas que irão nortear esta monografia são duas. A primeira é a produzida por Bresser-Pereira e Marconi (2008), a qual, de modo geral, consiste na crença de que a desindustrialização advém da diminuição da parcela da

² “O conceito de Reprimarização diz respeito à estrutura produtiva da economia de um país, em que a produção de bens primários (recursos naturais), de baixo valor agregado e baixo teor tecnológico, aumenta sistematicamente sua participação na geração de renda e atração de investimentos. A reprimarização da economia também pode ser entendida como uma especialização regressiva ou retrógrada, analisando-se pela ótica do mercado internacional, isto é, pela forma particular de inserção de um país no comércio internacional como ofertante de produtos de baixo valor agregado, como commodities agrícolas ou minerais” (TEIXEIRA, 2013, p.10).

indústria no percentual do PIB e na geração de emprego de um país. No entanto, de acordo com esses autores, esse processo pode possuir características diferentes, sendo positivo, quando há aumento de capacidade tecnológica e, conseqüentemente, maior valor agregado aos produtos da pauta exportadora, e negativo, quando o enfoque da economia altera-se para setores de baixo valor agregado. A segunda é a Teoria da Deterioração dos Termos de Troca da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de Raul Prebisch, que busca explicitar as mazelas existentes na relação entre Estados desenvolvidos com aqueles em desenvolvimento. Essa fundamentação auxilia o trabalho no sentido de que a teoria de Prebisch, caso bem utilizada, pode servir de suporte para explicar os motivos pelos quais países em desenvolvimento tendem a ficar estagnados em suas produções industriais, tornando-se dependentes de importações de grandes quantidades de produtos de alto valor agregado e não incentivando o desenvolvimento industrial benéfico.

Como Método de Abordagem, utilizar-se-á o método científico hipotético-indutivo, pois o projeto inicia-se de uma hipótese menor que leva a conclusões e objetivos gerais sobre o processo de desindustrialização brasileiro. Como Métodos de Procedimentos serão utilizados os métodos Estatísticos, Históricos e Comparativos. Portanto, utilizar-se-á de metodologia específica, a qual consiste na análise de fontes bibliográficas, matérias e artigos jornalísticos. Além do mais, o estudo de fontes bibliográficas estatais chinesas tem como objetivo embasar e apontar para uma tendência no raciocínio chinês em relação ao seu investimento para o Brasil. Com o intuito de fundamentar o trabalho, dados sobre Brasil, China e países relacionados serão utilizados de forma quantitativa e qualitativa. Como recorte temporal, aborda-se o período compreendido entre 1985, marcado pelo fim do regime militar e a redução das políticas industrializantes, até o ano de 2018 pré-Governo Bolsonaro.

Esta monografia é composta por quatro capítulos. O primeiro é introdutório e serve de contextualização sobre a temática trabalhada nesta monografia, passando pelo objetivo do artigo, métodos de análise e teorias utilizadas no desenvolvimento do mesmo.

O segundo capítulo é o teórico, no qual se apresenta a base teórica da monografia. Neste sentido, serão mostradas as discussões de Bresser-Pereira e Marconi e Prebisch da escola cepalina. Esta busca agregar um embasamento

teórico histórico, mostrando como existe uma deterioração dos termos de trocas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a qual impacta fortemente na geração e na impulsão de indústrias de maior valor agregado nesses últimos. Já a fundamentação de Bresser-Pereira e Marconi tem como objetivo sustentar aquilo que os dados atuais sobre a indústria e o comércio brasileiro apontam, haja vista que essa teoria tenta diferenciar processos de desindustrialização entre positivos e negativos.

No terceiro capítulo são apresentados dados referentes ao comércio sino-brasileiro — apontando as principais tendências observadas —, bem como elementos sobre a progressão da capacidade produtiva brasileira — especialmente no que concerne aos setores com forte presença chinesa. Tais informações, somadas ao embasamento teórico, auxiliam a presente monografia a culminar em conclusões mais assertivas e realistas dentro dos objetivos propostos por este trabalho.

Por fim, tem-se a conclusão do trabalho, desenvolvida a partir dos dados, das teorias sobre desindustrialização e comércio e dos argumentos expostos nas partes anteriores da monografia. Nesta seção, tem-se como objetivo concatenar os elementos apresentados nas partes anteriores, levando a uma conclusão lógica e fundamentada na pesquisa feita ao longo desta monografia.

2 REVISÃO TEÓRICA

A economia brasileira tem passado por um processo de desindustrialização nos últimos 30 anos, ligado tanto a dificuldades nacionais, quanto a problemas com o enfoque em investimentos setorizados de países como a China e o contexto internacional. Dessa forma, o tema é recorrentemente debatido na academia do país; no entanto, como todo assunto muito discutido, a questão da desindustrialização tem variadas correntes teóricas e muitas controvérsias no que tange à sua conceituação e às suas características gerais. Todavia, o objetivo deste trabalho não é elaborar uma nova discussão teórica e, sim, apresentar dados e processos históricos que apontem para os motivos da desindustrialização brasileira com base na teoria de Raul Prebisch — Deterioração dos Termos de Troca —, da CEPAL, e nos trabalhos de Luiz Carlos Bresser Pereira e Nelson Marconi acerca do processo de desindustrialização brasileiro.

2.1 DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA

Pode-se dizer que a relação entre a China e o Brasil reflete-se, parcialmente, em laços característicos de uma interação entre centro e periferia, na qual se exportam majoritariamente bens primários e importam-se produtos de maior valor agregado. A inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como provedora de bens primários, que leva a dificuldades do desenvolvimento industrial nacional, estão incluídas, também, na relação com a China. Mesmo que haja ganhos para ambos os lados, estes são desiguais (ARÓSTICA, 2017). Nesse sentido, a teoria do pós-guerra formulada por Raul Prebisch dentro da escola cepalina, chamada “deterioração dos termos de troca”, serve como um forte pilar teórico deste trabalho (PREBISCH, 1986). Prebisch já fazia menção a essa situação em 1949:

“La realidad está destruyendo en la América Latina aquel pretérito esquema de la división internacional de trabajo que, después de haber adquirido gran vigor en el siglo XIX, seguía prevaleciendo doctrinariamente hasta muy avanzado el presente” (Prebisch, 1949, p.1).

Como explicitado acima, as relações sino-brasileiras possuem caráter de centro-periferia, tendo a periferia como fornecedora de matéria-prima, enquanto

o centro, com mão-de-obra qualificada e incremento tecnológico, provém bens de alto valor agregado. Dessa forma, percebe-se que a periferia é enquadrada no comércio internacional capitalista com base em relações de caráter colonial, subjugada ao centro. Nesse sentido, essa situação leva os países periféricos ao subdesenvolvimento, o qual possui como características gerais:

- i) Predomínio do setor primário e terciário no Produto Interno Bruto (PIB);
- ii) Alta concentração de renda;
- iii) Base produtiva pouco variada se comparada aos países capitalistas centrais; e
- iv) Economia fortemente exportadora (PREBISCH, 2000).

A partir do supracitado, Prebisch (1986) aponta que esse tipo de relação entre o centro capitalista e sua periferia, no longo prazo, mantém Estados periféricos em situação de subdesenvolvimento. Nesse sentido, os países periféricos tendem a se especializar no setor primário e voltar sua economia para ele, tornando-se, assim, uma economia exportadora. Enquanto isso, as nações capitalistas centrais, detentoras de maior parte do capital mundial, dão continuidade ao investimento em pesquisa de inovação tecnológica e em qualificação de mão-de-obra. Assim, tem-se a deterioração nos termos de troca, a qual aponta que, no longo prazo, os países periféricos seguem exportando seus bens primários, dependentes de preços internacionais, chegando ao platô de ganhos com o lento crescimento ou com a queda dos preços de *commodities*³, enquanto os países centrais tendem a cada vez mais vender seus bens com maior valor agregado, baseado no incremento tecnológico (PREBISCH, 1986).

A Figura 1 a seguir apresenta a deterioração dos termos do intercâmbio entre os países do centro e da periferia mundial durante o século XX, reforçando e validando a teoria de Prebisch com dados que se refletem esta realidade. Primeiramente, na Figura 1, é perceptível a tendência de perda de valor de commodities frente aos produtos manufaturados; nota-se, também, os períodos nos quais as commodities teriam atingido um platô, sendo essas as linhas retas que

³ *Commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais commodities são o café, a soja, o trigo e o petróleo (FIOCRUZ, 2021).

mostram a tendência da deterioração dos termos de intercâmbio entre os países. Além disso, a clara volatilidade apresentada serviu apenas como momento de acumulação para a retomada posterior da queda nos termos de troca, prejudicando, dessa forma, os países em desenvolvimento (OCAMPO e PARRA, 2003).

Figura 1: Deterioração dos termos do intercâmbio (1990 - 2000)



Fonte: OCAMPO e PARRA, 2003.

Ainda, segundo Prebisch:

En otros tiempos, antes de la gran depresión, los países de América Latina crecieron impulsados desde afuera por el crecimiento persistente de las exportaciones (...). Ya no se presenta la alternativa entre seguir creciendo vigorosamente de ese modo, o bien crecer hacia adentro, mediante la industrialización. Esta última ha pasado a ser el modo principal de crecer (Prebisch 1949, p.3).

Outros pontos abordados na teoria da Deterioração dos Termos de Troca são as questões da diversificação da demanda e do consumo dos produtos provenientes do centro e da periferia. No que tange ao primeiro ponto, percebe-se que, com o investimento diversificado mundialmente e, conseqüentemente, o desenvolvimento tecnológico pujante, os bens produzidos no centro do sistema capitalista acabam

ganhando incrementos ou se alterando constantemente, enquanto o mesmo não é válido para os produtos primários, que não admitem tanta diversificação e incremento de conhecimento. Somado a isso, esses produtos com maior valor agregado, pelas características descritas acima, conseguem uma diversificação geográfica, fato que eleva sua demanda. Enquanto isso, os produtos primários, já não tendo tanto espaço para incremento tecnológico, sofrem também nesse ponto, pois possuem demandas menos elásticas se comparadas a outros bens. Dessa forma, devido aos fatores de consumo e de demanda, os preços das *commodities*, com exceção do petróleo, crescem proporcionalmente muito mais devagar que os de bens mais complexos (PREBISCH, 1986).

Além disso, as empresas focadas no setor primário normalmente possuem relações com donos e investidores financeiros nos centros dinâmicos capitalistas, fazendo com que o dinheiro seja dragado da economia nacional, levado para o exterior e lá reinvestido, gerando enorme transferência de renda. Tal fato também é encontrado nas relações do Brasil com a China, reforçando ainda mais o viés de centro-periferia existente em grande parte dessa relação. Por todas as razões apresentadas acima, a teoria de Prebisch apresenta-se como a mais qualificada para elucidar esse estudo, servindo de base para apontar e relacionar os impactos gerados pelos investimentos chineses na estrutura produtiva brasileira (PREBISCH, 1986).

De modo a aprofundar a discussão nesta monografia e melhor embasar as teorias apresentadas, cabe trazer uma breve análise sobre outros autores que trabalharam a temática da deterioração dos termos de troca e outras nuances envolvidas neste assunto. Nesse sentido, Cashin e McDermott (2002) foram responsáveis pela elaboração de artigo que versa sobre a tendência dos preços das *commodities* nos mercados mundiais desde 1862 até 1999 e como isso impacta os países em desenvolvimento, dependentes do setor primário para gerar renda nacional (CASHIN e MCDERMOTT, 2002).

Os autores, através de seus estudos, corroboram a Prebisch no que tange à tendência de baixa generalizada que esses produtos apresentam. De acordo com eles, no período analisado, 1862 até 1999, os preços das *commodities* tiveram queda anual de 1.3%, fato que denota uma tendência de queda desses produtos primários em um médio e longo prazo. Além disso, os estudiosos também fazem relatos sobre a grande volatilidade que esses preços apresentaram no

período analisado e como isso pode causar grandes problemas a países com caráter primário, visto que ocorre uma redução da previsibilidade de receita e esses países ficam reféns da demanda de economia global (CASHIN e MCDERMOTT, 2002).

Somado a Cashin e McDermott, os autores Sapsford and Bloch utilizaram a teoria de Prebisch para fundamentar seus trabalhos e aprofundar os debates sobre a deterioração dos termos de troca e as estruturas produtivas dos países inseridos no comércio internacional. O modelo de Sapsford e Bloch (2000) é baseado na diferença de determinação de preços e salários nas produções primárias e manufaturadas, na qual se argumenta que aquela é pré-determinada pela competitividade enquanto essa é acertada através da barganha entre funcionários e empregadores. Dessa forma, os autores conseguem relacionar os preços de determinados tipos de produção com a estrutura produtiva e salarial de cada país no período pós-Segunda Guerra Mundial até os anos 2000 (SAPSFORD E BLOCH, 2000).

Assim, Sapsford e Bloch (2000) foram capazes de asseverar os postulados de Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca, apontando para um crescimento maior dos preços dos produtos manufaturados frente aos primários. Entretanto, o trabalho se propôs a analisar mais a fundo a questão e foi possível observar que em determinados períodos de rápido crescimento dos preços de produtos manufaturados, houve significativa melhora nos termos de trocas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, fato relevante para esses últimos compreenderem as nuances de tais movimentos e como isso pode ser usado a favor de suas economias (SAPSFORD E BLOCH, 2000).

2.2 BRESSER-PEREIRA E MARCONI

Dentro da área de estudo do processo de desindustrialização brasileiro, existem diversos autores que pesquisam a temática e contribuem para o crescimento do conhecimento sobre a estrutura econômica do país. Dentre estes autores, tem-se Bresser-Pereira e Marconi (2008) que, com o intuito de fundamentar o presente trabalho, somada à teoria cepalina de Prebisch anteriormente citada, terão seus estudos e teorias sobre o tema principal discutido nesta monografia, especialmente aquele relacionado a uma possível “doença holandesa” brasileira. A

união desses três pesquisadores serve para embasar o trabalho, mostrando as raízes do problema catalisado pela relação comercial com a China e seus desdobramentos atuais.

Primeiramente, antes de adentrar os conceitos e estudos sobre a desindustrialização desenvolvidos por Bresser-Pereira e Marconi, é necessário entender o pensamento deles no que tange ao papel da indústria no desenvolvimento econômico. Os autores se fundamentam nos estudos e teorias de Nicholas Kaldor sobre o assunto, apontando que a indústria de um país seria a principal responsável por impulsionar e melhorar índices nacionais de produtividade, emprego e renda *per capita* (KALDOR, 1957). Nesse sentido, diferentemente de outros setores, a indústria tende a trabalhar com rendimentos de escalas crescentes, gerando crescimento não só do setor manufatureiro, mas também da economia de um modo geral. Isso ocorre, pois o setor industrial, devido a sua capacidade e necessidade de atualização e modificação, trabalha com forte incremento tecnológico em seus produtos e gera encadeamento na cadeia produtiva de um país, ou seja, ela cria novas demandas por peças e produtos, desencadeando novas áreas de atuação nacionais (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008).

Assim, devido ao dinamismo e diversificação gerados pela indústria, tem-se, conseqüentemente, a criação de emprego e a difusão tecnológica, não só para setores industriais, mas também para os primários e terciários da economia que absorvem mão-de-obra proveniente da indústria (KALDOR, 1957). Somado a isso, a indústria exportadora também possui impactos similares, pois:

[...] o incremento das exportações de manufaturados contribui para o desenvolvimento do país de duas formas: a) pelo lado da demanda, estimulando a produção deste setor, o qual exerce um grande impacto positivo e encadeador sobre a produtividade e a renda per capita de toda a economia; b) pelo lado da oferta, gerando externalidades que podem ser aproveitadas por toda a indústria, na medida em que a concorrência externa induz a aprimoramentos no processo produtivo que são incorporados pelos demais setores da economia (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008, p.6).

Mesmo com as vantagens apresentadas em se desenvolver o setor industrial e todo o dinamismo econômico que ele gera, muitos países não são capazes de impulsioná-lo de maneira correta; tal fato pode estar ligado à chamada “doença holandesa”. O conceito possui sua alcunha datada de 1977, quando a revista

inglesa, *The Economist*, utilizou o termo para conceituar o que ocorria na Holanda nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, o Estado holandês passava por um grande período de prosperidade após a descoberta de grandes reservas de gás natural no Mar do Norte. Apesar de inicialmente ter causado euforia, a grande comercialização do gás natural pelo país levou a uma excessiva entrada de divisas internacionais no país, fato que, conseqüentemente, levou à valorização do florim (moeda nacional à época). Dessa forma, devido à sobre apreciação da taxa de câmbio, a Holanda entrou em um forte e decadente processo de desindustrialização, haja vista que seus produtos não eram mais competitivos internacionalmente (STRACK e AZEVEDO, 2013).

A partir desse conceito, surge o primeiro estudo sobre a Doença Holandesa, em 1982, por Max Corden e Peter Neary, no qual se baseiam para Bresser-Pereira e Marconi. Nesse sentido, aponta-se que:

a doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008, p.8).

Além disso, o processo descrito acima também apresenta outros sinais que apontam para ele, sendo o principal a valorização da taxa de câmbio de um país, a qual influencia em alguns setores de um Estado, tais como investimento e poupança. Assim, Bresser-Pereira e Marconi (2008) adicionam ao estudo sobre a doença holandesa a relevância que a cotação cambial possui sobre o processo de desindustrialização, mostrando que países em desenvolvimento com taxas de câmbio elevadas tendem a gerar desestímulo no setor manufatureiro, voltando seus esforços para impulsionar setores nacionais detentores de vantagens comparativas, isto é, a abundância de matéria-prima para exportação, tal qual ocorreu na Holanda. Para os autores, o problema encontra-se, então, do lado da demanda, pois, haja vista a taxa de câmbio apreciada, cria-se uma inexistência de oportunidade de investimentos lucrativos nos setores industriais, mesmo com as empresas dominando as tecnologias setoriais necessárias (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008).

Partindo dessa extensa base conceitual, Bresser-Pereira e Marconi afirmam que o processo de desindustrialização de um país não é linear e único, podendo ocorrer de diversas formas e por diferentes fatores. Sendo assim, os autores definem duas formas disso ocorrer, sendo uma positiva e uma negativa:

- i) A primeira ocorreria com a menor participação da indústria no PIB; porém ela teria como característica principal a elevação de produtos com maior incremento tecnológico e maior valor agregado na fração da pauta exportadora nacional, desencadeando o processo anteriormente citado relacionados aos desdobramentos da indústria nas cadeias produtivas de um país, no emprego e na renda.
- ii) A segunda, no entanto, seria um sinal de uma possível “doença holandesa”, pois se caracterizaria pela reprimarização da pauta exportadora da nação, a qual seria composta, majoritariamente, por produtos primários e bens de baixo valor agregado e baixa tecnologia (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008).

Com a finalidade de ampliar o debate desta monografia, torna-se indispensável abordar outros autores que compartilham e fundamentam os trabalhos de Bresser-Pereira e Marconi. Nesse sentido, Oreiro e Feijó (2010) também apontam o processo de desindustrialização como a perda do espaço da indústria no agregado da economia, especialmente no emprego e na renda das famílias. Apesar de compartilharem de opiniões semelhantes, Oreiro e Feijó aprofundam e direcionam seus estudos para o emprego de tecnologia e a produção de manufaturados com maior grau de complexidade tecnológica, acreditando que é nesse fator que se encontra o ponto determinante para compreender se um país está se desindustrializando ou não (GOLDBERG, 2017).

A necessidade de desenvolvimento tecnológico para aumentar a complexidade da indústria nacional é imprescindível para uma indústria forte e que gera renda para os países. Já trabalhando um fenômeno mais atual do deslocamento da capacidade produtiva para países mais atrativos econômica e politicamente, os autores estudam os impactos da externalização das indústrias nacionais, fato apontado por Goldberg (2017, p.18):

"Em confluência com as ideias de Bresser-Pereira e Marconi (2008), Oreiro e Feijó (2010) explicitam que a participação da indústria no emprego e valor adicionado na economia podem diminuir caso haja transferência das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com maior valor agregado para o exterior".

Por estes motivos, Bresser-Pereira e Marconi e Oreiro e Feijó colocam-se como autores muito relevantes para esta monografia, visto que eles abordaram as diversas facetas e diferenças que um processo de desindustrialização pode ter, levando em conta o contexto de países em desenvolvimento - que é o caso do Brasil, foca dessa análise. Tal fato é relevante, pois esses Estados não foram abordados em trabalhos de grandes acadêmicos da área, como, por exemplo: Rowthorn e Ramaswamy (1997), Squeff (2012) e Nassif (2008). Para eles, a desindustrialização se definia por ser um processo natural e proveniente do desenvolvimento econômico mundial. Entretanto, as economias estudadas eram majoritariamente de países desenvolvidos, que possuíam alto grau de tecnologia na produção manufatureira nacional (GOLDBERG, 2017).

Dessa forma, Bresser-Pereira e Marconi, apoiados por diversos outros estudiosos, trazem mais de uma questão para a discussão, aprofundando e tornando o debate mais complexo. Isso ocorre, pois os autores demonstram que a desindustrialização não é apenas um fenômeno simples e majoritariamente negativo que ocorre em países com estruturas produtivas primárias, mas também aponta para o fato de que esse fator pode estar demonstrando que a capacidade tecnológica de um Estado está avançando e se focando em setores mais rentáveis e que aumentem a complexificação da indústria nacional (GOLDBERG, 2017).

Este capítulo apresentou duas teorias que explicam o processo que vem acontecendo no Brasil há algum tempo e relacionou como tanto a teoria da CEPAL como a do Bresser-Pereira e Marconi, podem explicar tal situação. De maneiras diferentes, ambos os estudos observam a relevância de se ter uma capacidade interna relativamente forte e independente com a finalidade dos países não se tornarem reféns de centros econômicos alheios (GOLDBER, 2017).

No capítulo seguinte, serão apresentadas mais detalhadamente as relações entre a China e o Brasil, focando em dados referentes às trocas comerciais entre os países e à estrutura produtiva brasileira de 1985 a 2018. Ademais, baseado nesses dados, a monografia adequará as teorias supracitadas no auxílio da compreensão de fenômenos dentro das relações sino-brasileiras.

3 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

O objetivo deste capítulo é compreender a estrutura produtiva e o investimento industrial existente no Brasil — seja nacional, seja internacional —, para isto, é preciso perpassar pelas relações comerciais brasileiras e os enfoques setoriais que o país vem adotando nas últimas décadas. Dessa maneira, é possível entender a influência que a China tem ao entrar no tabuleiro econômico brasileiro, especialmente com seus investimentos diretos (SARQUIS, 2011).

Analisando-se a estrutura do comércio internacional brasileiro, observa-se uma grande diversificação das exportações brasileiras durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente, no setor industrial. O auge dos bens processados nas exportações brasileiras foi atingido na década de 1980, na qual essa categoria obteve 80% das exportações do Brasil, sendo, uma das causas para esse fenômeno o comércio regional e os avanços obtidos com o Mercosul. Além disso, o Brasil especializou-se em áreas que exigiam maior acumulação de capital e tecnologia, exportando diversos bens com maior grau tecnológico (SARQUIS, 2011).

Nos anos 2000, ocorre a redução de bens processados na pauta de exportações do Brasil, devido às perdas dos ganhos industriais — por causa de inúmeros fatores —, tais como a deterioração das condições de competitividade do comércio brasileiro no âmbito internacional e o maior grau de demanda internacional por produtos primários, implicando na maior especialização brasileira neste setor, os quais adquiriram maior espaço nas exportações do Brasil (SARQUIS, 2011).

A estratégia de substituir as importações e liberalização econômica, principalmente em meados dos anos 1990 até a atualidade, teve impacto na produtividade e competitividade do setor exportador industrial do Brasil. Essa precoce liberalização econômica brasileira, somada à valorização cambial, acabou por fomentar um perfil importador no Brasil, reduzindo a competitividade brasileira nas exportações industriais e mantendo estável o comércio industrial internacional brasileiro. Ademais, tais fatos geraram um déficit das exportações da indústria em relação ao crescente número de importações. Contudo, observou-se que, na época, além dessa tendência importadora, as exportações manufaturadas perderam espaço no mercado brasileiro para os bens agrícolas e *commodities* em geral, sendo tal situação indesejável para o mercado brasileiro (SARQUIS, 2011). Os fatores supracitados podem ser analisados na tabela abaixo.

Tabela 1: Balança Comercial: Exportações e Importações (1988 - 1998)
(US\$ Milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	-3.353
1996	47.747	53.303	-5.556
1997	52.987	61.351	-8.364
1998	51.120	57.550	-6.43

Fonte: AVERBUG, 2000

A Tabela 1 apresenta a balança comercial brasileira entre 1988 e 1998, trazendo dados das exportações e das importações do Brasil no período. A tabela evidencia a tendência importadora que a economia brasileira adotou e que havia sido mencionada no parágrafo anterior. Apesar de tanto os produtos exportados quanto os importados terem crescido, é notável a discrepância, caso sejam analisados os anos da tabela; enquanto as exportações cresceram um pouco mais de 50%, as importações quase quadruplicaram. Somado a isso, a tendência econômica apontada foi responsável por tornar o Brasil um país deficitário em 1995, sendo que, anteriormente, o país apresentava altos superávits (AVERBUG, 2000).

Enquanto o setor industrial de bens manufaturados no Brasil atingia seu ápice e começava a perder espaço a partir dos anos 1980, a China de Deng Xiaoping em 1979 iniciava um processo de urbanização e industrialização acelerado impulsionado pela intensa participação do Estado (HAFFNER e NOGUEIRA, 2022). Primeiramente, a migração de populações rurais para as áreas urbanas desde a implementação das reformas de Xiaoping foi estratosférica; a urbanização chinesa

no início dos anos 1980 era em torno de 190 milhões de pessoas, enquanto em 2018 esse número chegava a mais de 820 milhões, fato que representa um aumento percentual de mais de 400% (WORLD BANK, 2018).

Nesse sentido, uma mão-de-obra disponível e barata para a expansão da indústria chinesa foi criada. Com base nesses fundamentos, o governo chinês aplicou políticas industriais e econômicas que levaram seu PIB de 191 bilhões de dólares em 1980 a mais de 13 trilhões em 2018, ampliando consideravelmente sua participação no comércio internacional através de importação e exportação de produtos (WORLD BANK, 2021). Além disso, esses movimentos sócio-políticos necessitaram uma organização do governo chinês no que tange às mudanças estruturais causadas, gerando altas quantidades de investimentos em setores como construção civil, transporte, energia, telecomunicações e saneamento (ANSAR et al, 2016).

Tendo em vista o contexto apresentado até aqui, a relação Brasil e China se desenvolveu de maneira paradoxal. Enquanto o Brasil, por um lado, beneficiava-se da expansão chinesa, aumentando suas exportações de bens primários majoritariamente, por outro, a alta demanda desses itens pelo país asiático provocou o enfraquecimento da indústria nacional brasileira e uma reprimarização da pauta exportadora do país (HIRATUKA, 2018).

No entanto, resumir a constante presença chinesa no Brasil — e na América Latina — ao âmbito comercial e o enfoque apenas em matérias-primas é simplificar um assunto complexo que vai além de economia, passando por questões políticas, sociais e estratégicas. Dessa forma, antes de seguir para análises estruturais e econômicas, é indispensável compreender o pensamento chinês para o Brasil e para a América Latina como um todo (CHINA, 2012).

3.1 O PENSAMENTO CHINÊS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O pensamento chinês é extremamente complexo, haja vista o caráter multifacetado que o país assume em suas relações com a América Latina. Dessa forma, ele é estruturado em quatro vertentes a fim de atingir seus objetivos estratégicos em todas as áreas, especialmente no que tange às relações econômicas com ganhos desiguais. A República Popular da China (RPC) é um Estado em constante ascensão no Sistema Internacional, aumentando sua

presença política e econômica por todas as regiões do mundo através de investimentos, participações em organismos regionais e, até mesmo, envio de forças militares e, conseqüentemente, posicionando-se como um Global Player desde meados dos anos 1990. Nesse sentido, antes de se compreender o pensamento chinês especificamente para a América Latina, é necessário entender a política chinesa em relação à comunidade internacional e ao papel que a mesma deseja desempenhar (FANJUL, 2011).

A China busca ser percebida mundialmente como um país líder, grande e forte; a política externa dessa potência asiática, contudo, não é fortemente baseada na demonstração de força militar, nem na participação de conflitos armados. A China, diferentemente de muitos países hegemônicos, trabalha constantemente para projetar uma imagem exterior neutra, de um Estado que busca ascender pacificamente, principalmente por meio da utilização do Soft Power, o qual consiste na prática que exclui o uso de força para fazer política, buscando métodos dissuasivos com a finalidade de criar um ambiente externo favorável à expansão chinesa (NYE, 2012).

No que tange à América Latina e ao Brasil, ressalta-se, inicialmente, a importância desse continente para a China, haja vista seu grande potencial de fornecimento de energia, matérias-primas e produção agrícola, fatores essenciais para a expansão e manutenção do crescimento acelerado chinês. Nesse sentido, os investimentos chineses na América Latina mesclam objetivos econômicos e políticos, visto que a maior parte do mesmo é realizado por companhias estatais, no qual, primeiramente, têm-se como finalidade o domínio de recursos estratégicos para o desenvolvimento chinês (HENDLER; RODRIGUES, 2018). Além disso, a presença chinesa no continente americano não se limita apenas ao campo econômico, tendo essa, também, forte caráter político, o qual se demonstra na tentativa chinesa de inserção internacional, participando de organizações nacionais e regionais pela região (CHINA, 2012).

Entende-se, então, que o pensamento chinês é planejado buscando a manutenção e o aprofundamento das relações internacionais e sino-latino americanas baseadas em ganhos assimétricos entre as partes, como apontado na seção anterior. Dessa maneira, como enumerado abaixo, ele se baseia em quatro princípios gerais, sendo eles a afirmação de discursos de simetria, a geração de

documentos entre as regiões, a inserção chinesa em organismos regionais latinos e o cumprimento de metas da diplomacia econômica do país (ARÓSTICA, 2017).

- I. O primeiro fundamento, baseado no uso de Soft Power, é o fomento aos discursos que reforcem a ideia de relações simétricas entre a China e a América Latina. Visando ao estabelecimento desses discursos, o governo chinês utiliza-se de sua diplomacia econômica, apontando foros comerciais regionais e nacionais como exemplo desse relacionamento com ganhos mútuos. Desse ponto advém o chamado discurso Win-Win, o qual consiste no recebimento de benefícios mútuos e simétricos entre as partes, não havendo nenhum tipo de intervenção interna (ARÓSTICA, 2017). Outros fatores discursivos fortemente explorados pelos chineses é o conceito de Cooperação Sul-Sul e as alianças estratégicas, nos quais a RPC vê como oportunidade para delimitar padrões culturais, econômicos e políticos com os países do Sul Global e aumentar seu prestígio internacional frente ao Norte Global (MENDES, 2010);
- II. O segundo fundamento é a geração de documentos que criem laços entre a China e a América Latina, além de apontar as prioridades chinesas para a região. Como exemplo desses, pode-se citar o “Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China”, que começou em 2010 e foi estendido até 2021 (BRASIL, 2015);
- III. O terceiro, a participação em fóruns regionais, põe em prática aquilo que o governo chinês busca transmitir aos Estados latino-americanos. Nesse sentido, a RPC se preocupa em reafirmar valores universalistas, como o respeito aos Direitos Humanos e a preservação ambiental. Entretanto, as relações socioambientais enfrentadas pelas empresas chinesas dentro de seu país são diferentes daquelas encontrada na América Latina. Neste último, a movimentação e articulação de setores sociais se refletem em grupos ambientalistas e indígenas ou na existência de regulamentos mais rígidos, tornando ainda mais necessária a produção de registros que impulsionem a imagem de uma China preocupada com valores sociais, laborais e

ambientais a fim de dirimir oposições a sua entrada no continente americano (ZHANG, 2019);

- IV. O quarto, e último fundamento, está relacionado ao cumprimento de metas da diplomacia econômica do país, estabelecida pelos Planos Quinquenais, pelo Primeiro Ministro, pelo Presidente da República e pelo Comitê Central do Partido Comunista, enquanto o Conselho de Estado a põe em prática (ARÓSTICA, 2017). Esses objetivos, de maneira geral, têm como objetivo estreitar as relações entre a China e a América Latina, tanto bilateralmente, quanto multilateralmente, a fim de justificar relações econômicas assimétricas, mas também reduzir os desgastes no que concerne à violação de regulamentos socioambientais, como normas trabalhistas e ambientais (XU SHICHENG, 2012).

Tendo em vista os quatro fundamentos supracitados, fica mais compreensível a maneira com que a China vem desenvolvendo suas relações internacionais atualmente. Diferentemente de potências passadas e atuais, o governo chinês utiliza da diplomacia econômica e política em comunhão, aumentando a sua confiabilidade frente a outros Estados e expandindo sua presença regional e internacionalmente. Além disso, o uso de Soft Power como base das relações chinesas é outra forma de camuflar suas intenções, visto que o não uso de força bélica acaba por permitir que a China atinja seus objetivos de maneira legal.

Nesse sentido, na América Latina e especificamente no Brasil, esta política praticada pela China indica a importância do país — e da região latino-americana — para o desenvolvimento da economia da República Popular da China e de suas relações internacionais. Tendo isso em mente, é possível que os Estados da região entendam os impactos dessa entrada chinesa no continente americano e formulem maneiras de conter possíveis prejuízos e intensificar os ganhos que essas relações proporcionam financeira e politicamente no cenário internacional.

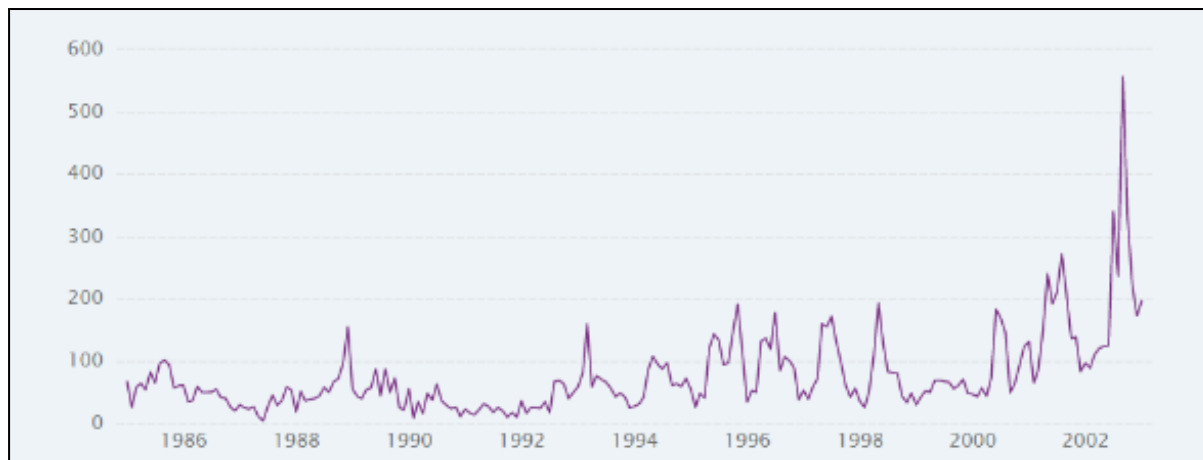
3.2 COMÉRCIO BRASIL E CHINA (1985 - 2003)

Historicamente, o Brasil tem tentado uma aproximação com a China. Tal fato pode ser observado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), que foi marcante para o reconhecimento do gigante asiático como relevante para o comércio internacional e para a América Latina. Concomitantemente, o Brasil alterava sua política internacional, buscando diversificar seus aliados políticos e econômicos, enquanto tentava se afastar da tutela estadunidense que guiava tanto as diretrizes internas quanto externas do Estado brasileiro (COSTA, 2015).

Todavia, a história brasileira durante o século XX foi marcada por diversas conspirações e tentativas de golpes de Estado, fatos que culminaram em constantes alterações da política externa do Brasil. Nesse sentido, a instauração do regime militar brasileiro, em 1964, foi mais um exemplo disso, relegando a parceria com o Estado chinês para um segundo plano e retomando o alinhamento estratégico com os Estados Unidos da América em um contexto de Guerra Fria (PIRES E PAULINO, 2011).

Apesar desse novo cenário, o desenvolvimento do Estado chinês e a tentativa de aplicar reformas para pavimentar a industrialização do país eram atitudes notadas por outras nações; tal fator não foi diferente para o Brasil, que, já em 1974, ainda durante a ditadura militar, voltava-se à China e buscava uma aproximação política e econômica. Dessa forma, nesse mesmo ano, Ernesto Geisel prestou/ofereceu visita ao país (COSTA, 2015).

No entanto, foi com o fim da ditadura militar e o consequente restabelecimento da democracia, em 1985, que as relações sino-brasileiras começaram a avançar, seja nos campos sociais e diplomáticos, seja no âmbito político-econômico. Mesmo assim, esses avanços não foram expressivos como esperado e, foi apenas após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, que as relações entre os dois países realmente foram impulsionada, especialmente pelas altas das commodities e pelo apoio brasileiro para a entrada desse país nesse órgão internacional. Tal fato pode ser notado ao se analisar os números de exportações brasileiras para a China no período de 1985 até 2003 (PIRES E PAULINO, 2011). Dados apresentados no Gráfico 1 a seguir:

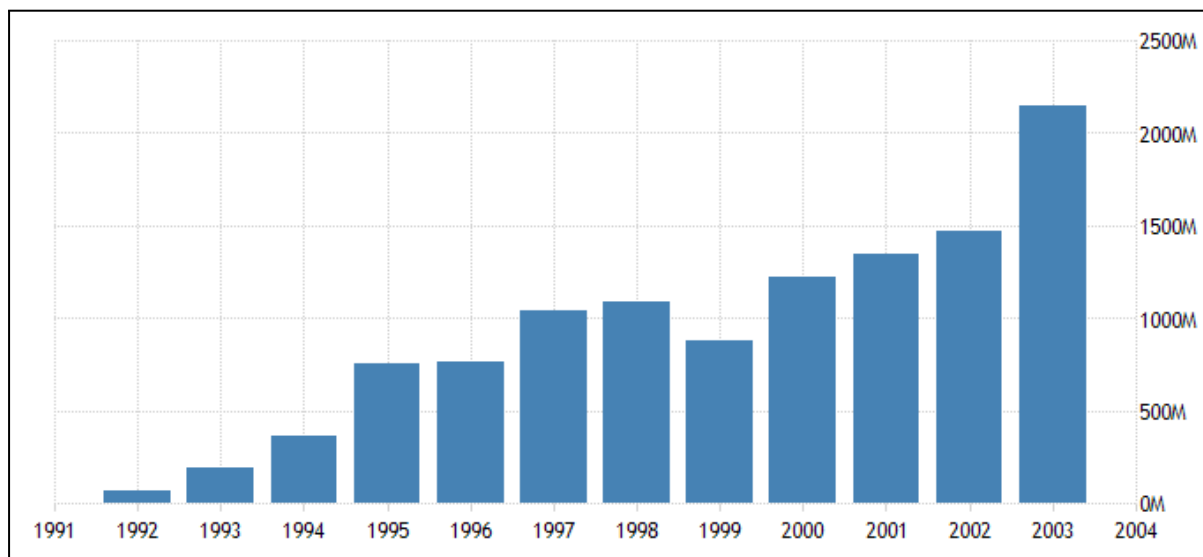
Gráfico 1: Exportações Brasileiras para a China (1985 - 2003)**(bilhões de Dólares)**

Fonte: CEIC DATA, 2021.

De acordo com o gráfico 1, as exportações brasileiras anuais para a China apresentaram poucas alterações no período analisado, especialmente entre 1985 e 2000, no qual os valores anuais giraram em torno de 50 a 200 bilhões de dólares (CEIC DATA, 2021). Apesar das tentativas de reaproximação e desenvolvimento das relações sino-brasileiras, a situação econômica brasileira durante esse período é uma das principais responsáveis por essa estagnação. Tal fato deve-se à crise energética, à dívida externa e à crise fiscal que o Brasil enfrentava. Ademais, uma conjuntura ruim somado a um modelo de substituição de importações foram fatores que enfraqueceram as trocas internacionais brasileiras com a China e com o mundo (COSTA, 2015).

Além disso, como mencionado anteriormente, a entrada da China na OMC, em 2001, mostra-se como um divisor de águas nas relações comerciais entre os dois Estados, haja vista o salto comercial que se tem a partir desse ano. Enquanto no período de 1985 até 2000 as exportações brasileiras ao gigante asiático não ultrapassavam a barreira dos 200 bilhões de dólares, a partir de 2001, esse valor passa a casa dos 500 bilhões de dólares, apresentando mais de 100% de crescimento (CEIC DATA, 2021). Dados apresentados no gráfico 1 corroboram estas afirmações.

Gráfico 2: Exportações Chinesas para o Brasil (1991 - 2003)
(milhões de Dólares)



Fonte: TRADING ECONOMICS, 2022.

As exportações chinesas para o Brasil seguiram caminho diferente, como apontado na figura 2. Observa-se que as exportações da China para o Brasil tiveram crescimento gradual durante os anos 1990 e, tais quais as brasileiras, cresceram exponencialmente após a entrada chinesa na OMC. Desse modo, esse último fator pode ser definido como um momento crítico de alteração no nível das relações entre os dois países, aumentando significativamente a complexidade comercial existente. Mesmo assim, analisando-se os dados dos gráficos 1 e 2, pode-se apontar que a China teve uma balança comercial deficitária durante todo esse período (TRADING ECONOMICS, 2022).

Entretanto, uma análise mais complexa aponta que, mesmo com saldo positivo, o Brasil teve esse ganho através do aumento dos preços das *commodities*, produtos dominantes na pauta exportadora brasileira. A China, ao contrário, exportou bens manufaturados com maior grau de tecnologia, fator que culmina em um maior grau de complexidade industrial, em mais renda para as camadas de sua população e, no longo prazo, em maior lucro para suas empresas baseados no incremento tecnológico (MACHADO e FERRAZ, 2006). Na Tabela 2, a seguir, podem-se observar dados sobre os produtos exportados do Brasil para a China entre 1995 e 2003:

Tabela 2: Produtos mais Exportados do Brasil para a China (1995 - 2003)

Ano	Produtos
1995	Produtos Animais, Metais e Minerais
2000	Vegetais, Minerais e Alimentos
2001	Minerais, Vegetais e Transporte
2003	Vegetais, Minerais e Metais

Fonte: OEC, 2022.

A Tabela 2, que trata da pauta exportadora chinesa para o Brasil, reforça a tendência existente na relação sino-brasileira, a qual é marcada pelo fornecimento de matéria-prima brasileira para a China. Além disso, a tabela mostra que, mesmo com os anos de crescimento massivo que a economia chinesa apresentou a partir de 2001, o Brasil não foi capaz de diversificar sua lista de exportados para o país (OEC, 2022).

A Tabela 3, abaixo, apresenta os dados referentes aos produtos mais exportados da China para o Brasil entre 1995 e 2003. Nesse sentido, pode-se notar, de imediato, que a pauta exportadora desta tabela é bem diferente daquela apresentada acima, sendo composta, majoritariamente, por produtos de alto valor agregado.

Tabela 3: Produtos mais Exportados da China para o Brasil (1995 - 2003)

Ano	Produtos
1995	<i>Máquinas, Têxteis e Utensílios Gerais</i>
2000	<i>Máquinas, Químicos e Têxteis</i>
2001	<i>Máquinas, Químicos e Minerais</i>
2003	<i>Máquinas, Minerais e Químicos</i>

Fonte: OEC, 2022.

Analisando tabelas 2 e 3, pode-se inferir que o padrão de intercâmbio entre China e Brasil no período foi baseado nas trocas de produtos industrializados por

parte da china, que foca no desenvolvimento de setores com maior incremento de tecnologia e, por consequência, maior valor agregado e matérias-primas por parte do Brasil, ou seja, na especialização em produtos primários. Isso se reflete na análise da tabela 3 acima que mostra que os produtos chineses mais exportados para o Brasil foram máquinas durante um período de 8 anos. A tabela 3, todavia, mostra a dificuldade brasileira em tornar suas exportações mais complexas, tendo apenas produtos como metais, minerais e vegetais (OEC, 2022).

Assim, a partir de 1985, apesar das relações entre a China e o Brasil terem se intensificado e começado um processo de desenvolvimento gradual, como se pode observar nos dados dos gráficos apresentados sobre as exportações entre os dois países, não se pode inferir nenhum impacto estrutural chinês na capacidade industrial brasileira. Apenas em 2001 que as relações ganham enorme escala comercial, podendo considerar o ano como um marco histórico para o desenvolvimento da relação entre os países (PIRES E PAULINO, 2011).

Entretanto, é também necessário apontar que, mesmo não possuindo consequências diretas na indústria nacional do Brasil, o comércio com a China, dentro do período analisado nesta subseção, possui características preocupantes e que se prolongam durante o restante da relação entre os dois Estados, sendo este a reprimarização da economia brasileira, especializando-se em produtos primários com o intuito de atender as demandas do país asiático, que, ao mesmo tempo, coloca seus esforços em exportar de volta produtos com alto grau de complexidade. Tal fato, no longo prazo, baseando-se na teoria cepalina da Deterioração dos Termos de Troca, esta relação, estabelecida entre ambos os países, gera perda de escala industrial ao Brasil e ganho sobre valor agregado para a China (PREBISCH, 1986).

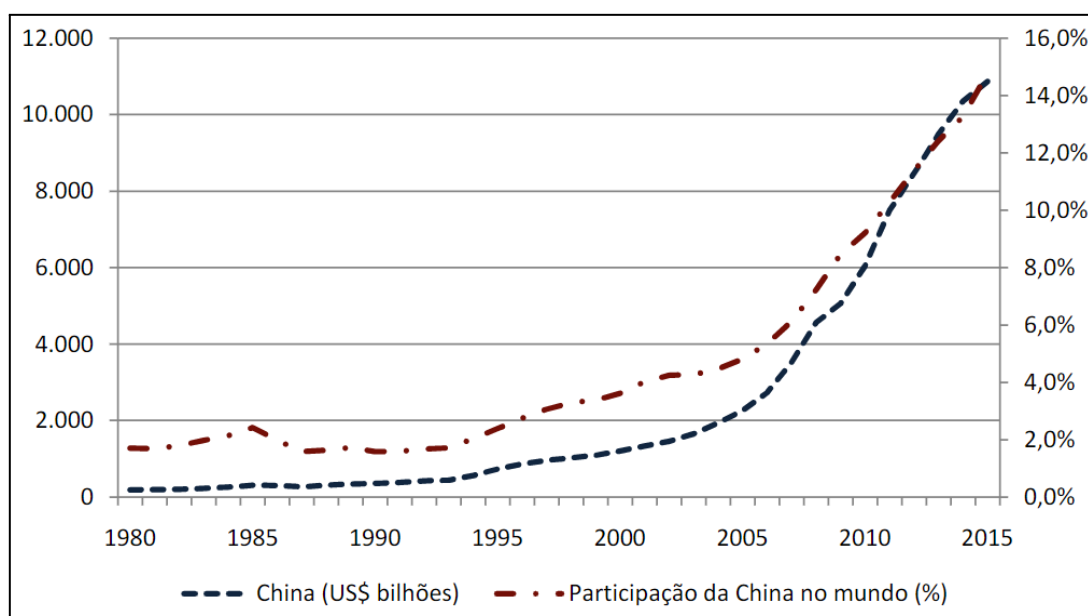
3.3 COMÉRCIO BRASIL E CHINA (2003 - 2018)

Como previamente discutido, apesar das relações sino-brasileiras terem sido impulsionadas no período pós-ditadura militar, os dados e os fatos apresentados anteriormente demonstram que, entre 1985 até o início dos anos 2000, as relações entre Brasil e China evoluíram gradualmente, sem saltos exponenciais no aumento de suas trocas comerciais. Entretanto, a entrada chinesa na OMC em 2001 marcou o início de um novo desenvolvimento para as relações entre os dois Estados, tendo

a China assumido grande papel no comércio internacional e no brasileiro (MACHADO e GARRITANO, 2017).

Os anos 2000 inauguraram um período de grande prosperidade econômica para o mundo, especialmente para a China, fato que pode ser observado no gráfico 3 abaixo. O Estado chinês que mantinha seu PIB abaixo de 300 bilhões de dólares até o início dos anos 2000, ultrapassaram a barreira de 1 trilhão de dólares a partir de 2001. Além disso, a entrada chinesa na OMC não marca apenas o crescimento descomunal de seu PIB, mas também eleva o país a condição de maiores economias do mundo, tanto em tamanho como em complexidade. Essa afirmação pode ser ratificada com base no gráfico 3, que apresenta a evolução do PIB chinês e sua participação no montante mundial (MACHADO e GARRITANO, 2017).

Gráfico 3: Evolução do PIB chinês e de sua participação no PIB mundial entre 1980 e 2015

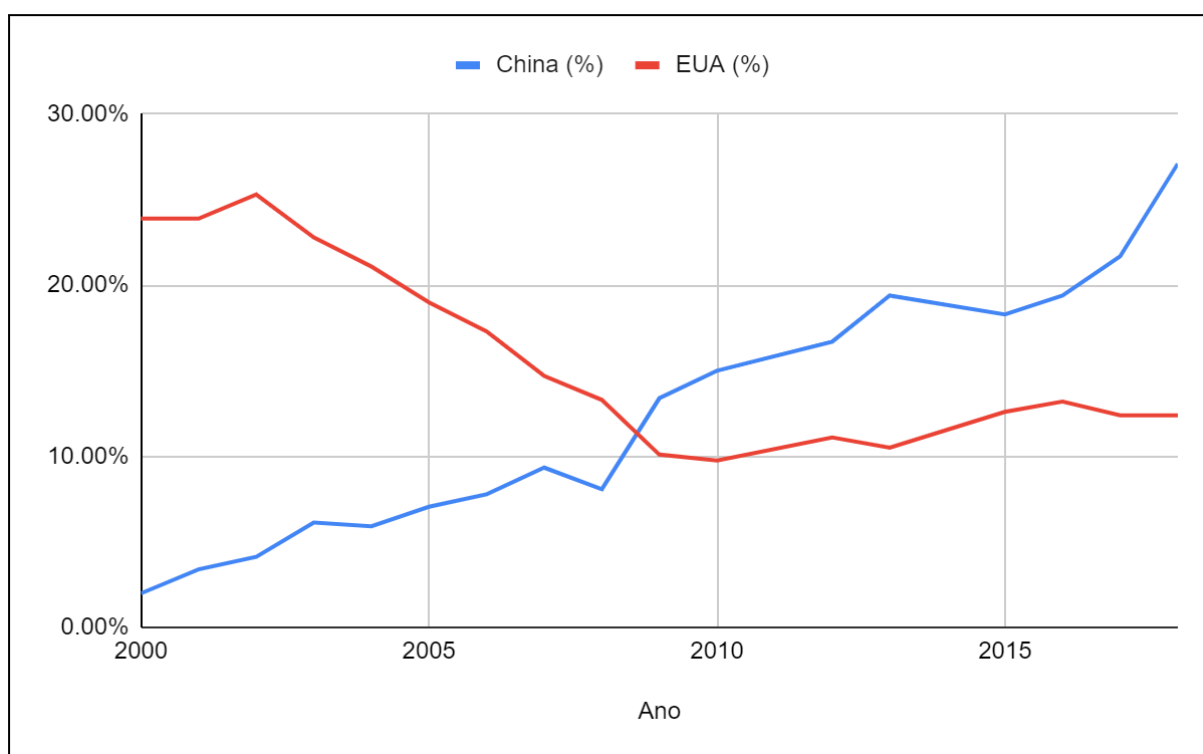


Fonte: MACHADO e GARRITANO, 2017.

O contexto de expansão chinesa mundialmente, especialmente após 2001, fez com que o país se visse obrigado a buscar novos mercados consumidores e parceiros comerciais com a finalidade de escoar seus produtos para países com demanda e, ao mesmo tempo, saciar suas necessidades de matérias-primas e produtos primários. Tais fatores levaram à escolha da América Latina como uma região interessante para o gigante asiático. Analisando especificamente o caso

brasileiro, nota-se como a expansão para a região foi bem-sucedida durante o século XXI, especialmente se for baseada nos dados do gráfico 4, o qual mostra a participação chinesa e estadunidense como países receptores de exportações brasileiras (BACI, 2020).

Gráfico 4: Exportações Brasileiras para EUA e China (2000 - 2018)

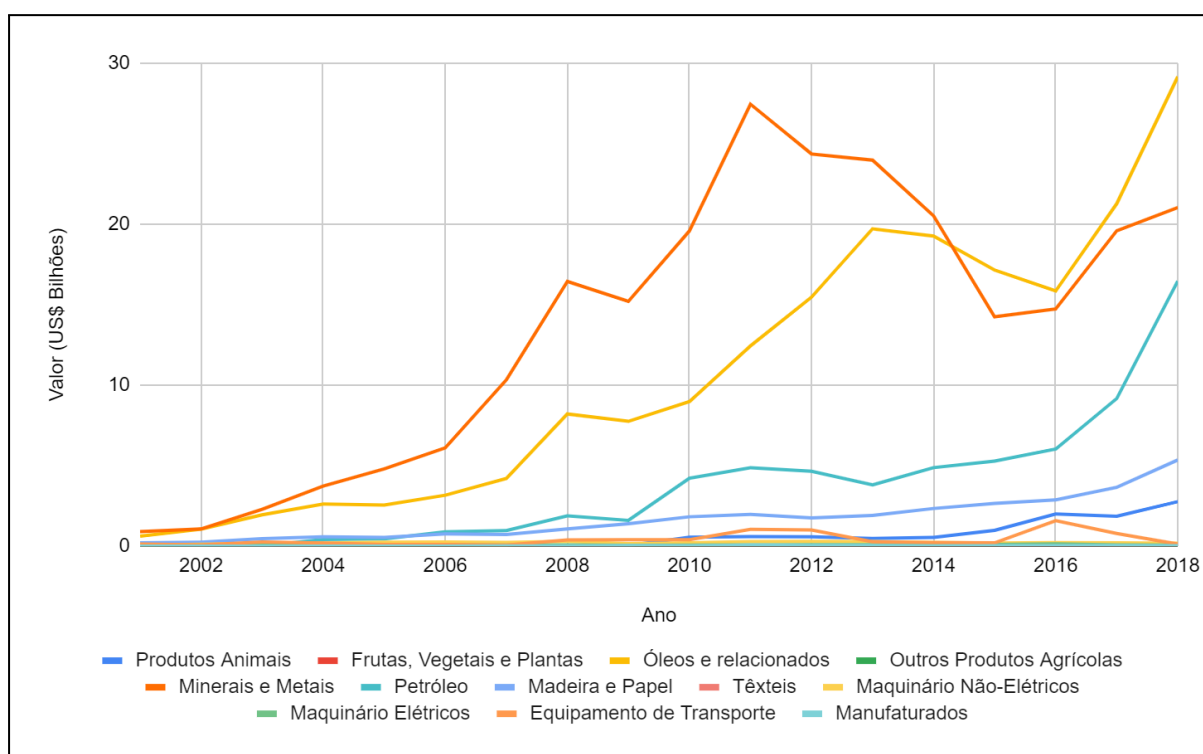


Fonte: BACI, 2020

Somado aos fatores supracitados, o gráfico 4 mostra como o Brasil passou a ser um dos principais supridores das necessidades chinesas, os quais, em 2009, ultrapassaram os EUA como principais receptores de exportações brasileiras, colocando por terra uma parceria histórica com esse país e dando lugar ao novo maior parceiro comercial do Brasil: a China. A partir desse ano, o percentual de recepção chinês dos produtos exportados brasileiros seguiu sua trajetória de alta, tendo esse valor chegado perto dos 30% em 2018 (BACI, 2020). Nesse sentido, pode-se depreender que a China, recebendo mais de um quarto das exportações brasileiras, seria capaz de gerar significativas alterações na capacidade produtiva brasileira. No entanto, uma análise qualitativa dos produtos exportados e importados também se faz necessário a fim de compreender como essa relação vem moldando

cada país. Por tal razão, o gráfico 5 é responsável por apresentar as categorias de produtos exportadas pelo Brasil para a China entre 2001 e 2018 (WTO STATS, 2022).

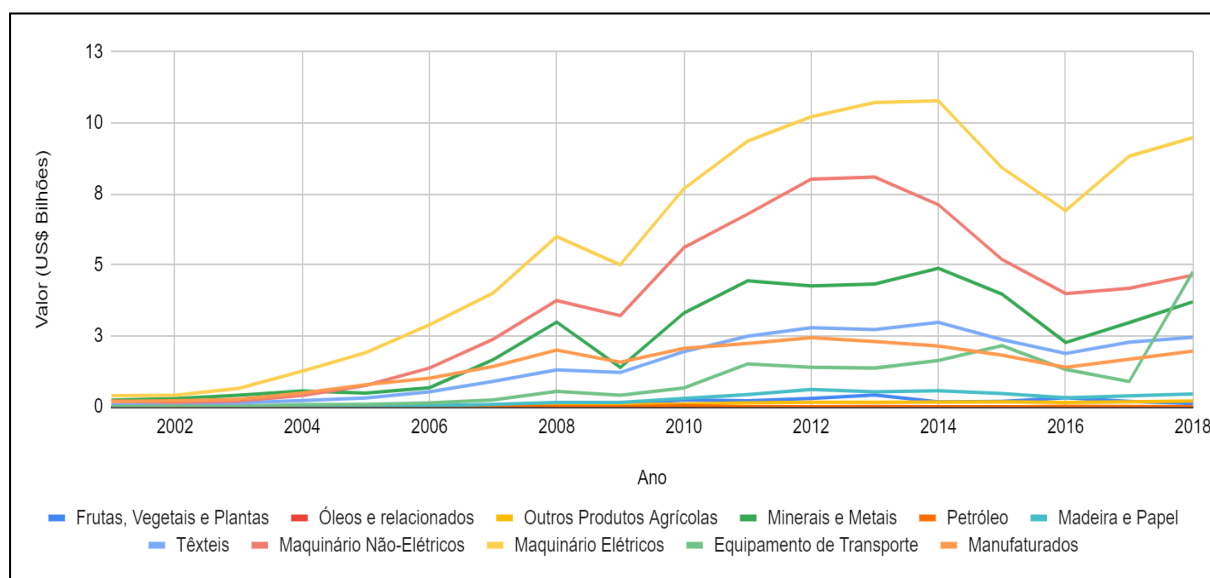
Gráfico 5: Exportações Brasileiras para a China (2001 - 2018) por Categoria de Produto



Fonte: WTO STATS, 2022.

Nesse sentido, buscando tornar a análise mais complexa, o gráfico 5 representa as exportações brasileiras para o Estado chinês a partir dos anos 2001 até 2018, possibilitando um estudo qualitativo sobre os produtos exportados e a tendência de cada setor frente ao gigante asiático. Das doze categorias apresentadas, as cinco primeiras que dominam a pauta exportadora brasileira são minerais e metais, óleos, petróleo, madeira e papel e produtos animais. Além de estarem todos compreendidos dentro da categoria de produtos do setor primário, no que concerne aos valores comercializados, pode-se notar a grande diferença entre esses primeiros produtos e os últimos. Enquanto aqueles passam facilmente da linha dos 10 bilhões de dólares, esses sazonalmente atingem a casa dos dois bilhões de dólares (WTO STATS, 2022).

Gráfico 6: Exportações Chinesas para o Brasil (2001 - 2018) por Categoria de Produto



Fonte: WTO STATS, 2022.

O gráfico 6, por outro lado, mostra as exportações chinesas para o Brasil por categoria de produto. Comparando a complexidade econômica da relação sino-brasileira, o primeiro fator que se percebe ao analisar os dados acima é que, diferentemente da pauta brasileira, a China possui um mercado mais ramificado e variado que o brasileiro. Isso pode ser fundamentado pela menor diferença entre os valores exportados de cada produto, não havendo tão grande variação. Além disso, as categorias que dominam a lista chinesa são produtos de maior valor agregado, como, por exemplo: maquinários, têxteis, manufaturados, sendo a comercialização de minerais e metais a exceção nessa lista (WTO STATS, 2022).

Dessa forma, respaldado pelos dados acima, pode-se apontar que a relação comercial brasileira com o Estado chinês pode estar levando o Brasil a uma forte especialização em produtos primários, haja vista a dominância de produtos primários na pauta exportadora do país, conforme o gráfico 5 (WTO STATS, 2022). Somado a isso, a liderança chinesa como destinatário das exportações do Brasil confere destaque à relação com a nação asiática, visto que, conforme o gráfico 4, a China recebeu quase 30% dos produtos brasileiros no comércio internacional (BACI, 2020). A junção desses dois dados serve de alerta para os governantes em Brasília, pois as características das relações sino-brasileiras, agregadas à dominância de

produtos de maior grau industrial na pauta exportadora chinesa para o Brasil, podem ser descritas como uma relação centro-periferia (ARÓSTICA, 2017).

A observação supracitada pode ser embasada pela teoria de Deterioração dos Termos de Troca de Prebisch — base teórica deste trabalho —, uma vez que, de acordo com o autor, a relação centro-periferia é caracterizada por ser similar às aquelas coloniais, nas quais os países periféricos são responsáveis por prover ao mercado internacional produtos primários, enquanto importam bens com maior valor agregado do centro capitalista. Desse modo, Estados em desenvolvimento ficam dependentes dos preços de *commodities*, os quais são determinados internacionalmente e tendem a atingir tetos máximos de crescimento. Manufaturados com alto valor agregado, por outro lado, recebem incremento de tecnologia e, assim, seus preços possuem tendência de alta no médio e longo prazo. Portanto, é facilmente perceptível que a dinâmica centro-periferia tende, na maioria das vezes, a ser favorável ao centro, seja com ganhos econômicos no valor das mercadorias, seja com ganhos sócio-políticos por serem detentores de tecnologias mais avançadas (PREBISCH, 1986).

Prebisch, como apontado acima, destaca o caráter prejudicial que uma relação centro-periferia pode ocasionar, especialmente, no que tange ao caráter econômico estritamente. Todavia, essa análise pode ser incrementada pelos estudos de Bresser-Pereira e Marconi, os quais desenvolveram sua teoria sobre a “doença holandesa” como fator de desindustrialização de países. Além das perdas comerciais, a especialização em produtos primários e de baixa tecnologia, fato que ocorre com o Brasil frente à China, pode acarretar um processo de desindustrialização, levando o Estado a focar seus recursos onde teria vantagens comparativas. Dessa forma, o país deixaria de investir na sua capacidade produtiva e deixaria, contudo, de aproveitar a complexidade estrutural que a indústria gera e que implica no aumento de renda e no crescimento do emprego nacional (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008).

Apesar dos dados econômicos e comerciais apontarem para a influência da China sobre a capacidade produtiva brasileira e seu impacto desindustrializante negativo, é necessário corroborar as suposições e as informações apresentadas neste capítulo por meio de uma análise quantitativa e qualitativa da estrutura industrial brasileira. Dessa maneira, este trabalho será capaz de confirmar sua hipótese de que a China possui papel relevante na reprimarização da economia

brasileira, e também medir até onde vai a responsabilidade desta neste processo, respondendo, destarte, se a China é, ou não, causadora ou catalisadora da desindustrialização brasileira.

3.4 ESTRUTURA PRODUTIVA BRASIL (2003 - 2018)

Como explicitado nos capítulos anteriores, a relação sino-brasileira no final do século XX não se mostrava fortalecida o suficiente para impactar as estruturas produtivas do Brasil. Entretanto, como observado nos dados do subcapítulo 3.3, as relações entre Brasil e China apresentaram salto significativo, especialmente com a entrada chinesa na OMC, levando este último a se tornar o maior parceiro econômico brasileiro (BACI, 2020).

Mesmo assim, a análise da estrutura produtiva de um país é sempre complexa, haja vista que envolve inúmeros fatores, entre eles, conjuntura do momento, taxa de juros, inflação e grupos políticos. Dessa forma, com o intuito de tornar a presente monografia mais assertiva, antes de se prosseguir para o estudo da indústria brasileira do século XXI, far-se-á uma breve retomada histórica com a finalidade de se compreender como se encontrava a capacidade industrial do Brasil após 1985 e em que sentido esta rumava (SIQUEIRA, 2000).

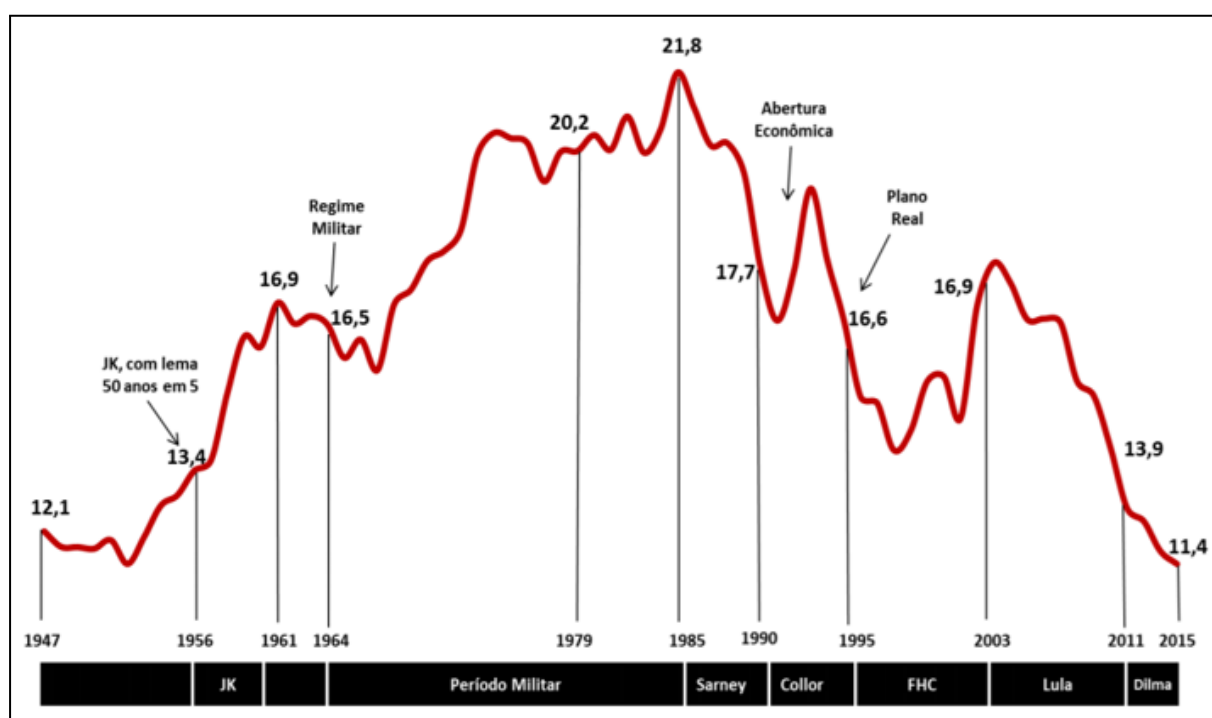
Com a redemocratização brasileira em 1985, chegava ao fim o período da Ditadura Militar (1964 - 1985), no qual a indústria nacional era a prioridade de governo e o carro chefe da economia, que apresentou números exorbitantes de crescimento. Entretanto, mudanças sociais e de comportamento vinham ocorrendo na sociedade mundial, na qual uma maior liberdade era valorizada entre os indivíduos. Tal fato se expandiu para diversos setores, entre eles, a economia (SIQUEIRA, 2000).

Nesse sentido, a Nova República Brasileira foi iniciada com um viés mais liberal, guiado pela abertura econômica mundial. No Brasil, esse fenômeno foi aplicado através de uma redução de tarifas e alíquotas de importação e uma abertura de setores antes monopolizados por produtores brasileiros. Sendo assim, pode-se observar que, a partir desse marco histórico, um viés mais importador caracterizou a economia do Brasil (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Tendo em vista o contexto supracitado, o setor industrial brasileiro, de forma geral, adotou medidas para se adaptar à nova realidade e se tornar mais

competitivo para poder disputar com os novos produtos que adentravam as fronteiras do país. Todavia, tais movimentações não surtiram o efeito desejado e, a partir de então, a indústria do Brasil não foi capaz de retomar os níveis de participação que possuía no PIB nacional (FERRAZ et al, 1995). Tal fato pode ser observado por meio do gráfico 7 a seguir.

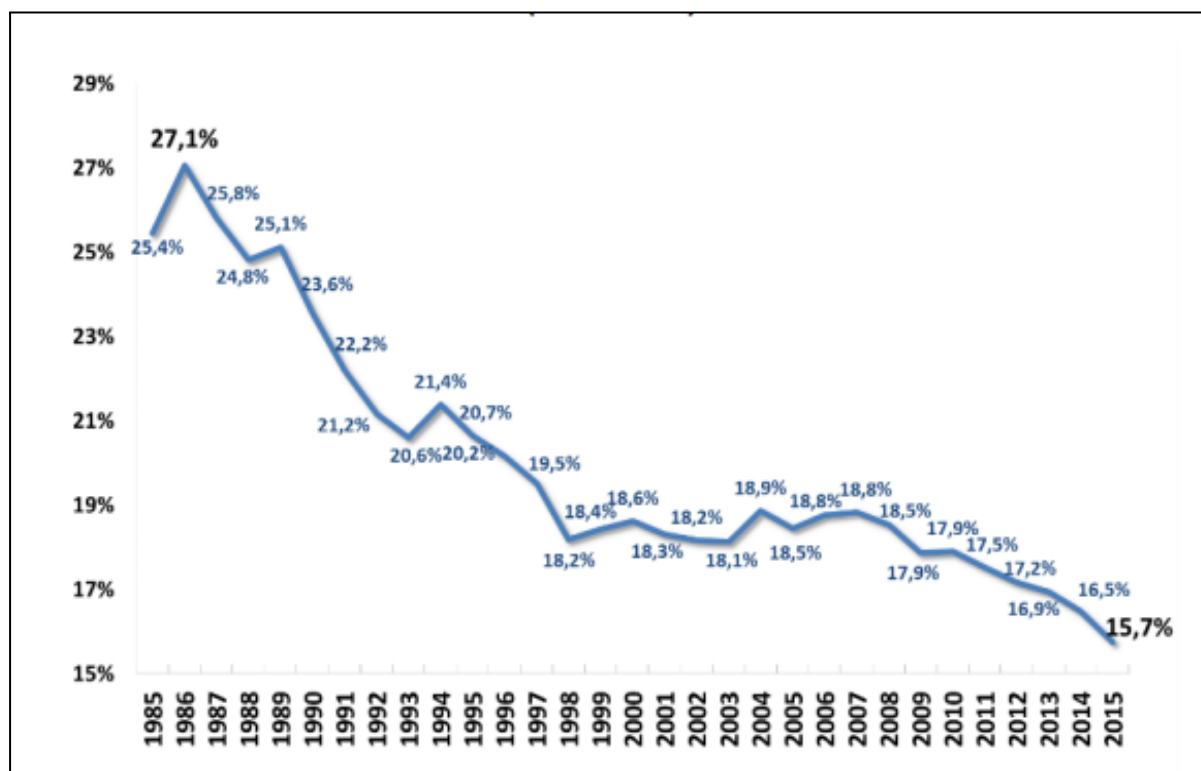
Gráfico 7: Evolução da Participação (em %) da Indústria de Transformação Brasileira no PIB (1947 – 2015)



Fonte: DEPECON, 2016.

Como apontado pelo gráfico 7, é perceptível que, com o fim do Regime Militar e um redirecionamento político-econômico, a indústria perde seu caráter prioritário e inicia uma trajetória de redução de sua participação no PIB, perdendo quase 50% de sua parcela de em aproximadamente 30 anos (DEPECON, 2016). Nesse contexto, tendo como base a teoria de Bresser-Pereira e Marconi, a indústria é responsável por gerar uma complexa rede logística e econômica no país e a perda desta resultaria num atrofiamento econômico. Tal fato é reafirmado com o gráfico 8 a seguir que aponta a evolução da participação da indústria de transformação nos empregos formais no Brasil (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008).

Gráfico 8: Evolução da Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal Brasileiro (1985 a 2015)



Fonte: RAIS, 2016.

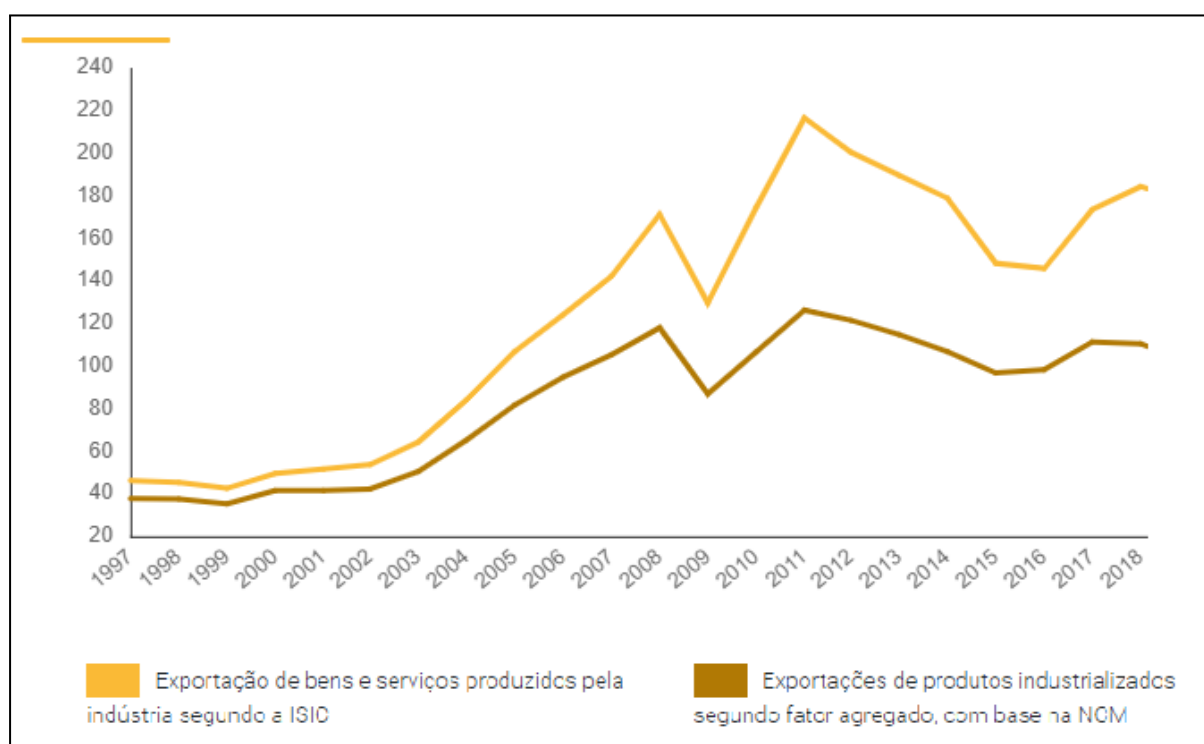
O gráfico 8 é responsável por assegurar aquilo que foi apresentado previamente: a partir de 1985 tem-se o enfraquecimento da indústria brasileira, a qual perde participação percentual no PIB nominal e na produção de empregos formais no Brasil. É baseado nesse contexto apresentado de decréscimo industrial brasileiro, que se dará prosseguimento a uma análise da capacidade industrial do Brasil no século XXI (RAIS, 2016).

Como apresentado em seções anteriores, após anos de inflação galopante e tentativas de controle falhas, o Brasil entrou em período de estabilidade econômica com Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, ele foi substituído pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que deu início a um novo cenário econômico para o Brasil, com alto crescimento do PIB e a tentativa de retomar a decadente indústria nacional. Entre 2003 e 2009, o país passou por forte crescimento e os investimentos nacionais eram crescentes. Inicialmente, a indústria apresentou reação e elevou alguns números que vinham em seguidas quedas. Entretanto,

como será mostrado posteriormente nos gráficos 9, 10 e 11, a crise de 2009 e a consequente diminuição das inversões públicas e privadas deram seguimento ao processo de diminuição da parcela de participação da indústria no PIB nacional (CNI, 2022).

No gráfico 9, pode-se observar um comparativo entre a exportação de bens e serviços e os produtos industrializados do Brasil. Nesse sentido, nota-se que, ainda que ambos os produtos apresentem crescimento histórico nas exportações brasileiras, a tendência da linha que representa bens e serviços cresceu mais exponencialmente, possuindo maior valor geral que produtos da indústria, especialmente após a crise de 2009. Dessa forma, os dados abaixo ratificam aquilo que foi argumentado no parágrafo anterior: a crise de 2009 acarretou na precarização de um setor que já precisava de maior atenção devido à sua sensibilidade e à sua fraqueza pós-Ditadura Militar (CNI, 2022).

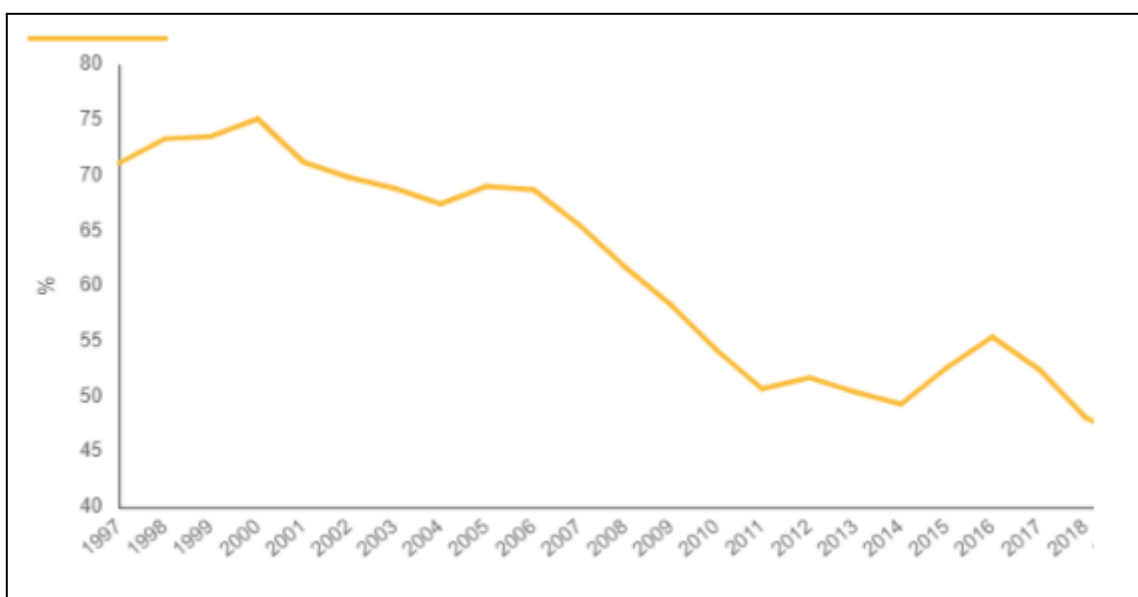
Gráfico 9: Exportação de Bens e Serviços da Indústria e Exportação de Produtos Industrializados (bilhões de Dólares)



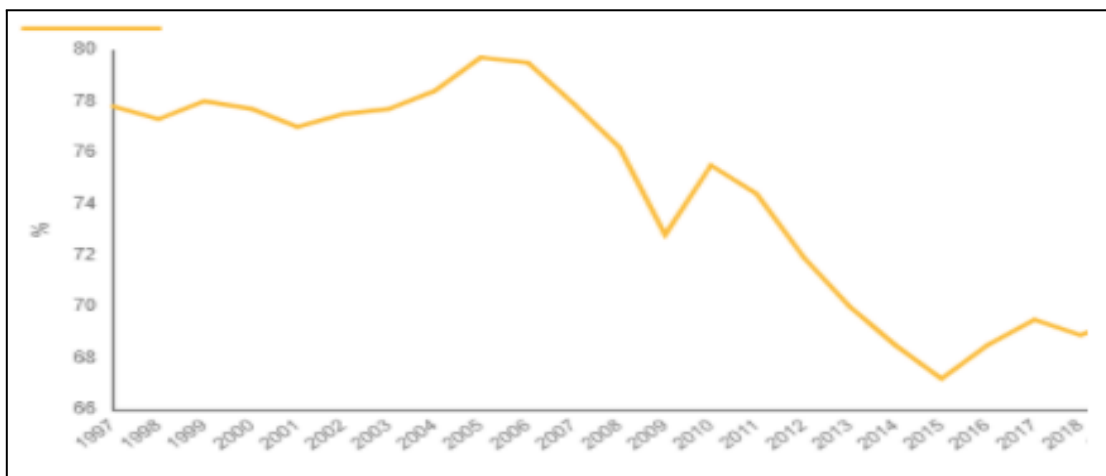
Fonte: CNI, 2022.

O gráfico 9 denota uma inferioridade de produtos industrializados frente a outros. No entanto, tal fator se mostra ainda mais preocupante se combinado com o gráfico 10 e 11 a seguir, pois bens e serviços representam a maior parte da exportação brasileira. A participação de produtos industrializados nas exportações de bens vem caindo desde os anos 2000, apontando para o fato de que o setor de serviços, em contrapartida, dominou a pauta exportadora brasileira. Sendo assim, pode-se dizer que a economia do país vem passando por um processo de simplificação setorial, visto que o setor de serviços, de modo geral, acarreta em pouca complexidade estrutural e exige nível técnico inferior ao requisitado em empresas industriais (CANO, 2012).

Gráfico 10: Participação dos Produtos Industrializados nas Exportações de Bens (%)



Fonte: CNI, 2022.

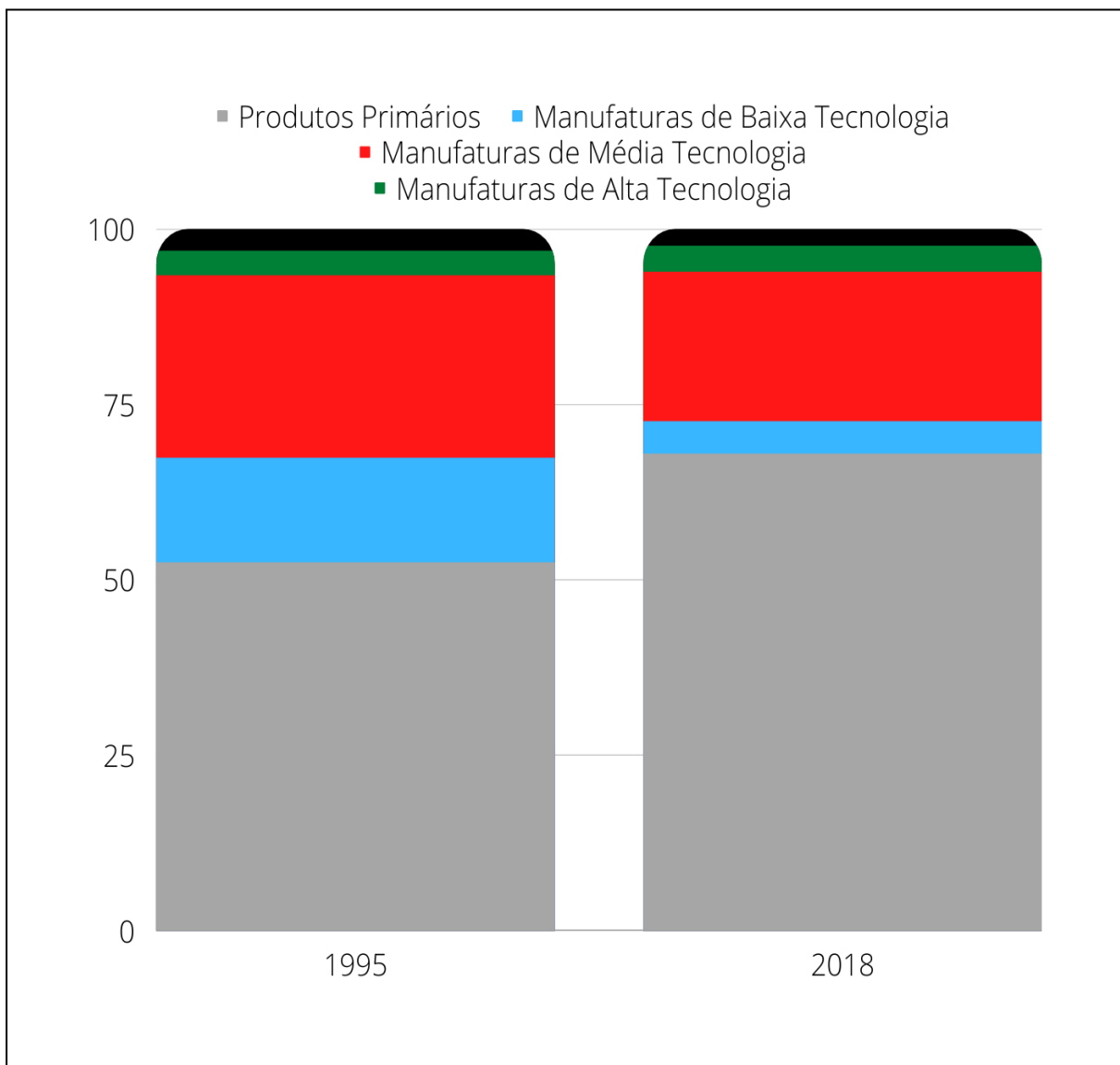
Gráfico 11: Participação da Indústria nas Exportações de Bens e Serviços (%)

Fonte: CNI, 2022.

Com a finalidade de tornar a análise mais complexa, faz-se necessário submeter os dados acima a um olhar mais qualitativo, estudando não somente os dados relacionados à capacidade produtiva brasileira, mas também compreendendo como que estes aparecem entre setores de baixa, média e alta tecnologia. Nesse sentido, além de compreender a divisão da indústria do Brasil, uma análise nessa linha disponibiliza ferramentas suficientes para projetar o futuro industrial do país caso medidas não sejam tomadas a fim de reverter ou manter o caminho atual (CNI, 2022).

A relação entre Brasil e China começou a avançar com mais força no final do século XX, especialmente após a entrada desta na OMC. Sendo assim, o impacto que a RPC poderia ter sobre a indústria brasileira antes dos anos 2000 é um fator pouco provável. Entretanto, já no século XXI, as trocas entre esses países apresentou crescimento exponencial e a China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro, dominando a pauta exportadora do país. Tendo isso em vista, o gráfico 12, a seguir, apresenta dados sobre a pauta exportadora brasileira por tipo de produto e pelo grau de tecnologia (UNCTADSTAT, 2020).

Gráfico 12: Pauta Exportadora Brasileira por Tipo de Produto e Tecnologia (%) (1995 - 2018)



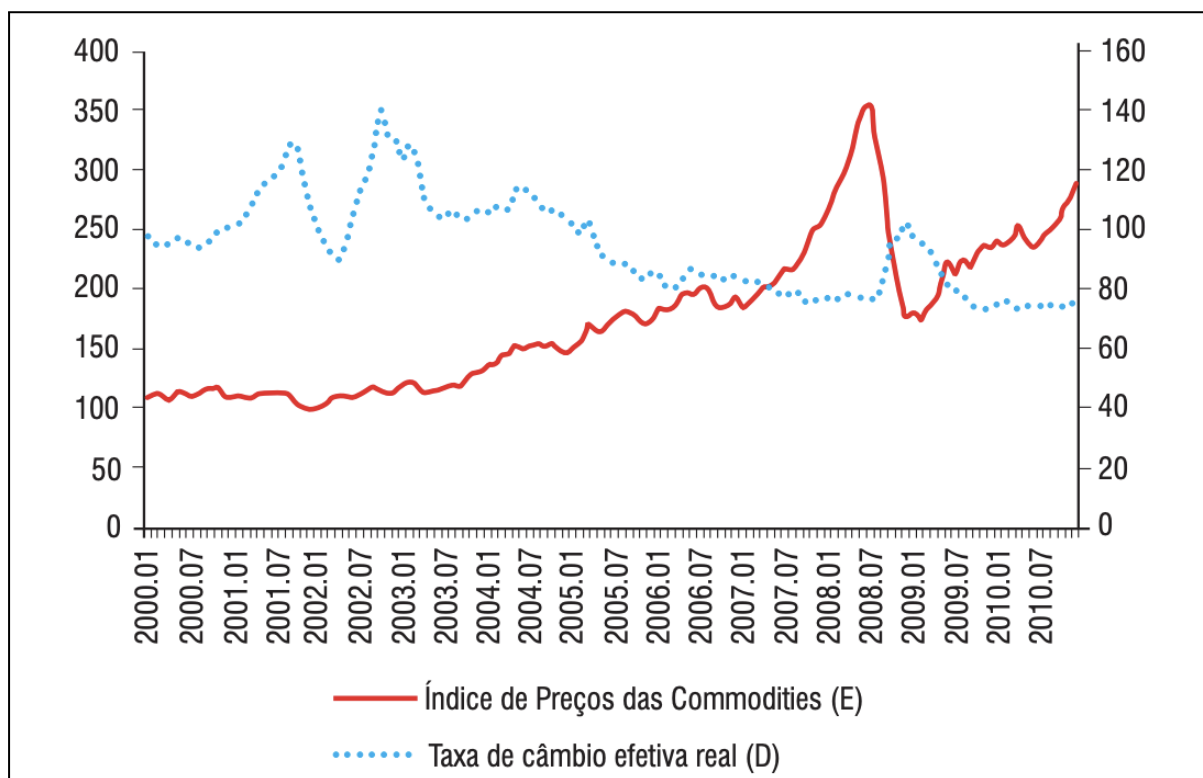
Fonte: UNCTADSTAT, 2020.

Apesar do gráfico 12 não estar diretamente relacionado às trocas com a China, ele foi apresentado a fim de mostrar como a capacidade produtiva e exportadora brasileira direcionou seus esforços para suprir demandas provenientes do setor primário mundial. Não é casual que a China, maior parceiro comercial do Brasil, na mesma época, era a nação que mais crescia seu PIB em termos percentuais e, para realizar esse feito, absorveu grande parte da produção mundial de produtos primários. Dessa maneira, uma relação de causalidade pode ser feita

aqui, apontando para o fato de que a produção brasileira foi guiada para suprir as necessidades mundiais, especialmente a chinesa (UNCTADSTAT, 2020).

Uma comparação entre o câmbio real e os preços das *commodities*, também se faz necessário para entender as tendências existentes na economia e como isso pode influenciar, ainda mais, as estruturas produtivas dos países em desenvolvimentos. O gráfico 13, a seguir, demonstra que uma apreciação do valor do câmbio junto aos valores das *commodities*, fato que tem como consequência direta a especialização das estruturas produtivas de países em desenvolvimento em produtivos primários para exportação, reforçando a tendência apresentada para o Brasil nesta monografia e apresentando novamente sinais de uma possível “doença holandesa” (VERÍSSIMO e SILVA, 2013).

Gráfico 13: Comportamento do Índice de Preços das Commodities e da Taxa de Câmbio Real Efetiva no Período 2000-2010



Fonte: IPEADATA, 2011

Os gráficos apresentados nesta seção apontam para uma perda expressiva da capacidade da indústria brasileira, reforçando a ideia da DEPECON (2016, p. 7-8), na qual o organismo assinala que:

[...] o processo de desindustrialização é precoce e nocivo à economia nacional, pois se associa a fenômenos negativos, tais como a perda de competitividade das exportações industriais, que se manifesta por meio da reprimarização da pauta exportadora; e o aumento das importações não somente de bens de capital e de consumo (sobretudo da China), como também de insumos industriais, o que afeta nocivamente diversas cadeias produtivas da indústria brasileira.

Essa tendência importadora e voltada para o mercado exterior é prejudicial à indústria nacional, pois acaba por levar a uma reorganização geográfica da produção para locais com menores custos sociais e de produção. Assim, a complexidade produtiva que uma indústria forte desenvolve, de acordo com Bresser-Pereira e Marconi (2008), é perdida, ocorrendo fuga de capital e de postos de trabalho para o exterior.

Nesse sentido, o governo de Luiz Inácio, durante o período de maior crescimento do PIB entre 2006 e 2010, adotou medidas para incentivar a indústria nacional, como pode ser observado pelo programa Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que focava na construção de infraestrutura de grande porte para dar vazão ao mercado interno. Entretanto, após a crise econômica mundial de 2009, a expectativa de crescimento entre as diversas camadas da sociedade mundial caiu e o cenário, que antes era propício para realização de grandes inversões, piorou (CANO, 2012).

A partir de 2010, o governo federal tenta implementar incentivos fiscais com a finalidade de impulsionar a indústria nacional e buscando evitar a criação de um desequilíbrio nas contas estatais. Contudo, o cenário nacional e mundial negativo fez com que tais medidas fossem ineficientes e a indústria seguisse perdendo espaço na economia brasileira. Sendo assim, a conjuntura negativa e a incapacidade de fornecer capital por parte do Estado brasileiro se somaram à incessante necessidade de produtos de caráter primário da China, levando parte da economia do país a se voltar para esse setor (DEPECON, 2016).

Além disso, o cenário recente da economia brasileira apresentado acima reforça os postulados de Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca.

Primeiramente, enquanto os produtos industrializados apresentam preços em constante tendência de alta no longo prazo, as *commodities* são extremamente voláteis, com tendência de estagnação de seus preços, haja vista que, se esses produtos atingem preços muito altos, eles podem frear o crescimento e o consumo mundial. Além disso, existe uma menor elasticidade-renda da demanda pelos bens primários se comparados aos industriais, ou seja, o crescimento da demanda por produtos primários não segue a mesma tendência de aumento da renda populacional. De maneira sucinta, uma família não dobra o consumo de alimentos, por exemplo, caso sua renda dobre (PRATES, 2007).

Tendo como base os fatores acima e amparado pelos estudos de Bresser-Pereira e Marconi e Raúl Prebisch, pode-se apontar que, apesar de um processo de enfraquecimento industrial a partir de 1985, existe uma relação de causalidade entre a crescente necessidade chinesa por produtos primários e a organização produtiva brasileira para atendê-la. Nesse sentido, a China, que durante o século XXI dominou a pauta exportadora do Brasil, estaria contribuindo para o atrofamento da capacidade industrial brasileira.

4 CONCLUSÕES

A presente monografia teve como objetivo compreender as relações entre Brasil e China e como isso impacta a estrutura produtiva industrial do país. Através de extensa revisão bibliográfica e análise de diversas fontes de dados, o trabalho mostra as diversas facetas da relação sino-brasileira, mostrando como a capacidade industrial brasileira pode ser afetada ao direcionar grande parte de seus esforços para suprir a demanda específica de uma região ou país em setores menos complexos.

Antes de adentrar a relação entre os dados e as teorias, a monografia busca responder, antes de tudo, como a China enxerga a América Latina em seu arcabouço estratégico e a razão pelo qual ocorre o foco nessa região, mais especificamente, no Brasil. Compreender esses motivos é uma parte deste trabalho, haja vista que, para tentar explicar a razão pela qual o Estado brasileiro virou grande fornecedor de matéria-prima chinesa, é necessário entender o porquê do foco chinês na região e no Brasil e como ele é feito, com suas estratégias e fins. Nesse sentido, as referidas tentativas de fortalecer e legitimar um discurso que prega a existência de relações mutuamente benéficas é uma maneira de perpetuar algo que quase sempre não se mostra ser assim.

De ambos os lados dessa relação, tem-se a indústria, que é um pilar fundamental de sociedades capitalistas e promove diversificação social e pioneirismo quando se trata de tecnologia de ponta. A relevância desse setor é demonstrada através dos estudos e teorias de Bresser-Pereira e Marconi, autores que dão base a esse trabalho ao demonstrar como a existência e o fortalecimento de uma indústria nacional se ramifica para outros setores, haja vista que, para a conclusão de um bem manufaturado, demanda-se uma cadeia produtiva extensa, desde a extração de um mineral até a produção de máquinas e conhecimento para a utilização delas.

Além disso, os autores ressaltam a importância de existir uma indústria forte não apenas para se ter lucro e tecnologia, mas também para aumentar tanto a disponibilidade de postos de trabalho quanto a renda das famílias de uma determinada região. Bresser-Pereira e Marconi, a partir de seus trabalhos sobre a doença holandesa e as indústrias nacionais, cimentaram um longo caminho de estudos sobre esse tema indispensável para o desenvolvimento de sociedades modernas.

Somado a eles, Raúl Prebisch também disserta sobre a indústria; porém, de maneira diferente. O autor ataca a raiz das economias capitalistas, apontando para um ciclo vicioso e prejudicial às nações subdesenvolvidas que se relaciona com a capacidade industrial dos países: a deterioração dos termos de troca. Esse conceito, além de destrinchar relações de subserviência, trata de um prazo mais amplo, no qual Estados centrais, produzindo bens de maior valor agregado, são beneficiados em um médio e longo prazo, visto que tais tipos de produtos possuem tendência crescente em seus preços; os produtos primários provenientes de países subdesenvolvidos, por outro lado, são balizados por preços internacionais e tendem a atingir tetos máximos de crescimento além de serem extremamente voláteis.

Por essas razões, Bresser-Pereira e Marconi e Raúl Prebisch foram escolhidos como fundamentação teórica desta monografia, devido à relevância de seus trabalhos para a academia. Sendo assim, a junção de ambas as teorias é capaz de explicar efeitos mais diretos e atuais, como o impacto na renda, na cadeia produtiva ou no emprego, mas também é oportuna para entender relações econômicas prejudiciais e projetar o impacto delas no futuro dos países em desenvolvimento. Por fim, além dos motivos supracitados, possuir maior compreensão de um problema é importante para uma tomada de decisões mais racional, baseada em fatos e dados.

Para se atingir uma compreensão das relações sino-brasileiras, definiram-se dois objetivos específicos. O primeiro objetivo específico buscou mostrar o papel do comércio chinês no Brasil e seu enfoque no setor extrativista. Verificou-se que a pauta exportadora brasileira é fortemente direcionada a esse tipo de setor quando se trata do comércio com o Estado chinês, intensificando a reprimarização da economia do Brasil. Esse fator foi impulsionado pela alta demanda por produtos extrativistas da China, maior parceira comercial do Brasil.

O segundo objetivo específico tinha como finalidade responder se a desindustrialização brasileira se enquadra como positiva ou negativa, de acordo com a teoria da desindustrialização de Bresser-Pereira e Marconi. A análise permitiu concluir que o fenômeno que vem ocorrendo no Brasil é considerado uma desindustrialização negativa, haja vista que ela é marcada pela reprimarização da economia brasileira, na qual a maior parte dos bens exportados são produtos do setor primário ou bens de baixo valor agregado e tecnologia. Tal fato pode ser observado na análise do gráfico 12 desta monografia que demonstra o domínio de

mais de 70% das exportações brasileiras por produtos primários e de baixo grau tecnológico.

Assim, a hipótese do trabalho de que a China, por mais que não seja a única causadora da desindustrialização brasileira, tem servido como catalisadora desse processo se confirmou parcialmente, tendo em vista que esse papel só pode ser auferido ao Estado chinês a partir de sua entrada na OMC em 2001, quando as relações sino-brasileiras passaram a apresentar crescimento exponencial. No período analisado após a redemocratização brasileira até o início do século XXI, a China não possuía trocas comerciais o suficiente para influenciar a capacidade industrial brasileira.

A hipótese foi parcialmente confirmada para o período pós-2001, pois as relações comerciais entre Brasil e China crescem consideravelmente após a entrada chinesa na OMC e o país se torna principal parceiro comercial brasileiro em 2009, como pode ser observado no gráfico 4. Nesse sentido, a China, país que mais cresceu durante o século XXI, estabeleceu forte comércio com o Brasil, em uma relação que ainda se caracteriza por ser desequilibrada, na qual, de acordo com a tabela 2, a pauta exportadora do Brasil para a China é majoritariamente primária, enquanto o inverso é marcado pela exportação de produtos de média e alta tecnologia (tabela 3). Dessa forma, o Brasil direcionou, e ainda direciona sua produção para atender à demanda chinesa pelo setor primário e adotou um viés importador, como pode ser observado nos gráficos 5 e 6, respectivamente. Tal fato levou ao atrofiamiento da capacidade industrial brasileira, que se encolheu e focou no setor primário (gráfico 12), culminando, assim, no processo de reprimarização da economia brasileira.

Sendo assim, como justificado e exemplificado anteriormente e durante o decorrer da monografia, chega-se à resposta do problema de pesquisa, afirmando a existência de relação entre o comércio chinês com o Brasil e o processo de desindustrialização em curso neste último. Apesar de o trabalho ressaltar que já existia uma decadência industrial em andamento, é notável o impacto da China nisto.

Em pesquisas futuras, haja vista toda a informação disponível nesta monografia, pode ser desenvolvida pesquisa no sentido de elaborar propostas, tanto unilateralmente quanto em organismos regionais, para mitigar os prejuízos estruturais que as relações intensas entre a China e o Brasil causam à capacidade

produtiva e econômica brasileira. Indo além, esse mesmo estudo pode ser aplicado a países da América Latina, pois a lógica de pensamento chinesa se replica na região. Todavia, os trabalhos posteriores devem atentar às particularidades de cada Estado com o intuito de não chegar a conclusões equivocadas.

REFERÊNCIAS

- ANSAR, A; FLYVBERG, B.; LUNN, D. Does infrastructure investment lead to economic growth or economic fragility? Evidence from China. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 32, n. 3, p. 360-390, 2016.
- ARÓSTICA, Pamela. Las relaciones asimétricas entre China y América Latina: Política exterior en la globalización económica. In: AMÉRICA LATINA EN LA ÓRBITA GEOESTRATÉGICA DE CHINA. Buenos Aires: **Editorial Almaluz**, 2017. cap. 2, p. 36-57.
- AVERBUG, André. Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90. **Revista do BNDES**, 2000.
- BACI. BACI: International Trade Database at the Product-Level. The 1995-2020 Version. **CEPII**, 2020.
- BID-INTAL. Made in CHI-LAT. Claves para renovar la convergencia entre Latinoamérica y China. Integración & Comercio N°40. **Banco Interamericano de Desarrollo (BID)**. Editorial Planeta: Buenos Aires, 2016.
- BLOCH, D. H.; SAPSFORD, D. Whither the terms of trade? An elaboration of the Prebisch-Singer hypothesis. **Cambridge Journal of Economics**, 2000, 3 (24): 461-481.
- BRASIL. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. **COSBAN**. Brasília, 2015.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, número especial, p.831-851, dez. 2012.
- CASHIN, P.; MCDERMOTT, C. J. The long-run behaviour of commodity prices: small trends and big variability. **IMF Staff Papers**, 2000, 2 (49): 175-199.
- CHINA. O Livro Branco Chinês sobre a América Latina e o Caribe. **Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China**. Pequim, 2012.
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. Estatísticas CNI. **Portal da Indústria**, 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- COSTA, Guilherme Octávio Moraes. A Evolução do Comércio entre Brasil e China: uma Análise das Relações Comerciais Bilaterais Sino-brasileiras. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), 2015.
- COUTINHO, Luciano, FERRAZ, João Carlos (coords.). Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas, São Paulo: **Papirus**, Editora da Unicamp, 1994. DEPECON (Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos). Panorama da Indústria de Transformação Brasileira. **DEPECON/FIESP**, 2016. Disponível em:

http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2016/09/panorama-da-industria_11a-edicao.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

FANJUL, Enrique. El Consenso de Beijing: universalidad y particularidad del modelo chino.

La Nueva Geografía de la Internacionalización, N.o 859 ICE, p. 47 - 53, Marzo-Abril, 2011.

FARIA, Alberto de. Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá. São Paulo: **Editora Nacional**, 1993.

FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia. Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: **Editora Campus**, 1995.

FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). Commodities - definição. **Fiocruz**, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/commodities-definicao>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GOLDBERG, Carlos Eduardo. Desindustrialização Brasileira: Existe Relação entre a Ascensão da China no Mercado Internacional e o Processo em Curso no País? **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017.

KALDOR, Nicholas. A Model of Economic Growth. **Economic Journal**, v. 67, n. 268, 1957.

HENDLER, B.; RODRIGUES, B. S. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais**, v. 6, n. 3, p. 5-25, 19 dez. 2018.

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. **Texto para Discussão, Unicamp**. IE, Campinas, n. 339, maio 2018.

HAFFNER, Jacqueline Angélica; NOGUEIRA, Alberto Marcos. Comércio e Investimentos Chineses no Brasil: Uma Visão Estruturalista. In: A China como Investidora na América do Sul. Porto Alegre: **Dodo Books Indian Ocean**, 2022. cap. 8, p. 177-197.

IPEADATA. Banco de dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea): estatísticas macroeconômicas. **IPEADATA**, 2011.

MACHADO, J. B. e FERRAZ, G. Comércio Externo da China: efeitos sobre as exportações brasileiras. Texto para Discussão no. 1182. **IPEA**, Brasília - 2006.

MACHADO, M.S.; GARRITANO, C. O Diferenciado e Exitoso Processo de Inserção Internacional da China. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 28, n. 1, p. 51, 2017.

MENDES, Carmen Amado. A China e a cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 26, p. 39-46, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 mai. 2022.

NYE, Joseph. China's Soft Power Deficit. **The Wall Street Journal**, 2012. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>. Acesso em: 26 fev. 2022.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. As relações entre China e América Latina num contexto de crise. Estratégias e Potencialidades. São Paulo. **Editora LCTE**, 2011.

PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 323-344, set. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572007000300001>.

PREBISCH, Raúl. Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano. In: BIELSTHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. São Paulo: **Editora Record**, 2000.

PREBISCH, Raúl. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. **CEPAL**, n.28, Santiago, 1986. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11914/028195206_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 abr. 2022.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas (E/CN.12/89). **Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**, Santiago de Chile, 1949.

OEC, Observatory of Economic Complexity. Comparative Advantage China - Brazil. **Observatory of Economic Complexity**, 2022. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/bra?depthBalanceProductSector=SectionDepth&dynamicProductBalanceYearSelector=year1995>. Acesso em: 03 jul. 2022.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. RAIS - Ministério do Trabalho e Previdência. **RAIS**, Brasília, 2016.

SARQUIS, José Buainain Sarquis. Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. **Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)**, Brasília, 248 p., 2011.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. A Indústria Brasileira nos Últimos 16 Anos do Século 20:1985/2000. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 7, N. 14, P. 55-106, DEZ. 2000.

STRACK, Diego; AZEVEDO, André Filipe Zago de. A DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL: sintomas e efeitos. **Economia e Desenvolvimento**, [S.L.], v. 24, n. 2, p.

68-91, 21 jan. 2013. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/red.v2i24.6432>.

TEIXEIRA, Anderson dos Santos. A inserção da economia baiana no novo modelo de desenvolvimento do Brasil: desindustrialização, doença holandesa e reprimarização. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** - Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2013.

UNCTADSTAT. United Nations Conference on Trade and Development. Documentation. **UNCTADSTAT**, 2020. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

VERÍSSIMO, Michele; SILVA, Cleomar da. Taxa de Câmbio, Preços de Commodities e Exportações de Produtos Básicos nas Regiões Brasileiras. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 777-794, jul-set. 2013.

XU SHICHENG. “**La evolución de la política china hacia América Latina**”. China Today. 2013. Disponível em: http://www.chinatoday.mx/eco/analys/content/2013-01/28/content_514998.htm. Acesso em: 12 mar. 2022.

WORLD BANK. Urban Population - China. **World Bank Group**, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL?locations=CN>. Acesso em: 02 jul. 2022.

WORLD BANK. GDP (current US\$) - China. **World Bank Group**, 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN>. Acesso em: 01 jul. 2022.

WTO STATS. Bilateral Imports by MTN Product Category (US\$). **World Trade Organization**, 2022. Disponível em: stats.wto.org. Acesso em: 10 jul. 2022.

ZHANG, Jingjing. “China y América Latina enfrentan grandes desafíos en 2019”. **Diálogo Chino**. 2019. Disponível em: <https://dialogochino.net/17224-china-and-latin-america-face-major-challenges-in-2019/?lang=es>. Acesso em: 01 mai. 2022.